

ATA N.º 5/2024

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,  
REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2024:

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS) e Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), respetivamente Presidente e Primeiro Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Jorge Alberto Bombas Amador (CDU) e António Manuel Prioste Salvador (PSD), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, de Ferrel, da Serra d'El-Rei e de Atouguia da Baleia, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Anabela Correia Dias (PS), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Ana Filipa Vala Fialho (PSD), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Natália Susana Colaço Rocha (PS), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Carlos Jorge Franco Luís (PSD), Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), José Monteiro Henriques Rocha (CDU), João Viriato Santos Oliveira (CHEGA) e Tiago Brás Correia (GCEPP) reuniu-se, extraordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, para uma sessão extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Período da ordem do dia:

Ponto Único: Parques Empresariais e Vale do Grou.

2.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram dezoito horas e quinze minutos, encontrando-se na sala dezoito dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Tiago Brás Correia (GCEPP) e Carlos Jorge Franco Luís (PSD), encontravam-se a substituir os senhores Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP) e Margarida da Silva Martins (PSD), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os senhores Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD) e Ana João dos Santos Lima (PSD) também comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Compareceram no decurso da sessão as senhoras Natália Susana Colaço Rocha (PS), Teresa Cecília Batista Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Peniche (GCEPP) e o senhor Jorge Alberto Bombas Amador, Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei (CDU) durante a apresentação do ponto um da ordem do dia, passando de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Carlos Manuel Sousa Policarpo (GCEPP), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Sara Alexandra Oliveira Nunes (GCEPP), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Miguel Nobre Leitão (GCEPP), Joana Mafalda Batista Valério (GCEPP) e António José Antunes Vieira (PSD), por serem

os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Ana Margarida Silva Batalha (PS) e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

A sessão foi secretariada pelo Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, do Município de Peniche, Rui Vargas, coadjuvada pela Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

**Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):**

Disse que antes de passar à metodologia que iriam seguir, agradeceu aos preletores presentes, da parte da Autarquia, o senhor Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas, que fará a apresentação do projeto Vale do Grou, agradeceu igualmente a presença da senhora Dra. Joana Neto e da senhora Dra. Angelica Hurtado e a sua amabilidade e disponibilidade desde o primeiro dia.

Agradeceu igualmente ao senhor Deputado Luís Almeida porque a ideia de trazer alguém do exterior foi de facto dele e foi com a sua ajuda que se conseguiu o contacto da Associação Portuguesa de Parques Empresariais.

A metodologia que irão seguir será a seguinte:

- Intervenção do senhor Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas.
- Intervenção das convidadas.
- Será dada a palavra aos senhores Deputados Municipais, de acordo com as inscrições efetuadas.
- Participação do público presente.

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**PONTO ÚNICO: PARQUES EMPRESARIAIS E VALE DO GROU:**

Ficarão registadas em ata as intervenções relativas a este ponto.

**Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:**

Disse o seguinte:

*«Foi-nos solicitado que fizéssemos uma apresentação relativamente àquilo que é a pretensão da Zona Industrial do Vale do Grou, apresentação essa que estaria na base de uma sessão de esclarecimento pública, que teve lugar neste mesmo auditório, no dia 08 de setembro de 2023, e com base nisso foi apenas acrescentado um pequeno aspeto que tem a ver com os potenciais interessados, dos quais foi feito um levantamento por parte do Município e essa é apenas a questão que temos, em termos de apresentação, ou seja, a zona industrial do Vale do Grou que nós passamos a denominar por área de acolhimento empresarial, até pela questão das novas potencialidades, é uma zona industrial que tem uma área total entre 145.000 e 160.000 m<sup>2</sup>, permitindo assim oferecer diversas oportunidades às empresas dos mais diversos setores que se queiram instalar no concelho de Peniche ou até realocar as suas instalações na região.»*

*Relativamente à questão de eventuais manifestações de interesse, o que estávamos a dizer é que é uma área entre 145.000 e 160.000 m<sup>2</sup>.*

*Relativamente à questão do potencial, as subscrições que foram feitas ou as manifestações de interesse ultrapassam já a questão dos 160.000 m<sup>2</sup> e tem outro potencial, tem a ver com a oportunidade de crescimento, ou seja, estamos a falar da unidade operativa n.º 5 o que permitirá crescer para as restantes unidades operativas. Nesse sentido a área de acolhimento ou a zona industrial aprovada em Plano Diretor Municipal é esta mancha (mostrou a mancha ao pormenor no ecrã) que se trata de espaços industriais existentes ou espaços industriais propostos, no caso é o espaço industrial proposto.*

*Relativamente àquilo que é a potencialidade do loteamento em si, nós temos aqui os diversos lotes com as diversas áreas, no entanto, naquilo que foi a aprovação do projeto das obras de urbanização, este loteamento tem uma característica e essa característica prende-se com o facto de estas mesmas dimensões dos lotes poderem ser alteradas com relativa facilidade, nomeadamente por deliberação da Câmara Municipal, por isso aquilo que nós visualizamos aqui hoje, quanto a esta proposta de lote, ou seja, do ponto de vista de dimensão de um lote com 52.000 m<sup>2</sup> com uma área de edificabilidade de 31.000 m<sup>2</sup>, ou um lote com 23.000 m<sup>2</sup> com uma área de edificabilidade de 14.000 m<sup>2</sup> e depois um conjunto de restantes lotes de dimensões mais reduzidas, não é a título identificativo, porque eles existem, ou seja, foi esta a aprovação, mas poderá haver aqui uma alteração dos lotes, caso haja empresas que demonstrem esse interesse. Este espaço também lotes destinados a serviços e comércio e, também, a áreas de oficina e à questão das instalações dos armazenamentos e comercialização de gás.*

*Em termos de cronograma previsto, nós, face àquilo que foi a apresentação da sessão de esclarecimento, em setembro do ano passado, fizemos aqui uma atualização e é a título indicativo. Nós tínhamos cerca de três a cinco meses para aquilo que são os concursos para a entidades bancárias, relativamente à necessidade de empréstimo e estamos com um diferencial entre três e cinco meses, porque tem a ver com a necessidade de ir às reuniões de Câmara, Assembleias Municipais e aprovação das respetivas atas para depois poder ser enviado ao Tribunal de Contas o pedido. Depois destes três a cinco meses, o que seria preparado seria a aquisição da propriedade, porque nós não temos contratos, neste momento, celebrados com os proprietários, temos reuniões que foram desenvolvidas e que houve a demonstração dos proprietários em vender e um compromisso assumido nesse mesmo sentido e seriam mais três meses para podermos escriturar, fazer os respetivos pagamentos.*

*Em terceiro lugar temos as obras e o lançamento da própria empreitada, cumprindo com este calendário seria possível em meados de abril de 2025 fazer o lançamento da empreitada e em maio de 2025 estaríamos a fazer o projeto, neste caso, a preparação da hasta pública e diferenciar assim em dois pontos porquê, porque por um lado permitia estarmos a proceder ao pagamento aos proprietários daquilo que eventualmente será a aquisição dos terrenos e simultaneamente, como o loteamento já está aprovado, poder fazer a hasta pública para a venda desses mesmos terrenos e com isso angariar algum dinheiro ou algum financiamento.*

*Relativamente às condições de financiamento desta mesma hasta pública o que teríamos aqui seria uma proposta de 25% com a hasta pública e os restantes 75% durante o ano 2026 que seria durante o ano da escritura, partindo do pressuposto que, em 2026, estaríamos já com as conclusões das obras de urbanização e a eventual instalação das empresas. Não só com o novo simplex urbanístico, mas já antes acontecia, é possível nós, a partir do momento em que temos as obras de urbanização aprovadas e executadas, podermos também trabalhar naquilo que são as análises dos processos de gestão urbanística, no que diz respeito ao licenciamento ou agora, com o novo simplex urbanístico, podemos trabalhar naquilo que são as comunicações prévias o que permitia*

*a qualquer interessado trabalhar já no seu projeto, mesmo antes de haver a receção provisória das obras de loteamento.*

*Com esta venda de lotes, aquilo que se pretendia era a liquidação do empréstimo até ao final de dezembro de 2026, mais tardar, em janeiro de 2027, isto porque o empréstimo seria pedido com período de carência que podia chegar até dezembro de 2029 o que ajudaria do ponto de vista de investimento municipal para não estarmos a subcarregar o município com outros valores.*

*Nós fizemos um quadro comparativo daquilo que seriam os exemplos financeiros, partindo do princípio que poderíamos vender a 30€, a 32€ ou a 35€ o m<sup>2</sup>, a receita potencial desta área de acolhimento empresarial seria entre quatro milhões e meio de euros e cinco milhões e setecentos mil euros.*

*Relativamente à potencialidade da área de localização empresarial, tem a vantagem do acesso rodoviário, está muito perto do nó do IP6, também permite a ligação facilmente à EN247 naquilo que é o acesso à Lourinhã, permite também a criação de serviços modernos, nomeadamente naquilo que são as novas redes de energia elétrica, água, saneamento, telecomunicações que irão ser instaladas e depois a criação de uma logística integrada, partindo do pressuposto que vão existir vários serviços.*

*O último ponto, este resulta daquilo que foram as demonstrações de interesse de alguns empresários, que tem que ver com mão de obra qualificada, ou seja, algumas das empresas que apresentaram a manifestação de interesse estão a trabalhar em áreas que irá permitir salários médios acima do Salário Mínimo Nacional e também do salário médio do Município de Peniche, estes factos tornam então como vantagens competitivas, quer a localização estratégica, quer ainda com esta mão de obra qualificada, a eventual aprovação no regulamento, quando for da hasta pública, de incentivos fiscais para a instalação de empresas aí e a questão da infraestrutura moderna.*

*Relativamente à questão de oportunidade de investimentos, há a possibilidade de haver mais um espaço para os investidores que nos procuram poderem instalar-se no concelho de Peniche, irá permitir simultaneamente aquilo que é o desenvolvimento local e a valorização do território. Neste âmbito da valorização do território, a aposta será naquilo que será a realocação de outras áreas industriais existentes no concelho, nomeadamente a zona industrial da Prageira e também a zona industrial do Abalo.*

*Aquilo que este loteamento irá permitir, tem a ver com a sustentabilidade e responsabilidade social, nomeadamente naquilo que são as eficiências energéticas dos edifícios das novas construções, também dentro disso, a responsabilidade de gestão responsável dos recursos naturais e também a promoção da economia circular. Em termos de compromissos com a comunidade as vantagens são: a criação de empregos locais, programas de desenvolvimento de competências e também as diversas parcerias a realizar, nomeadamente com o Parque de Ciência e Tecnologia do Mar, o Smartocean, um edifício que irá ser iniciado a sua construção a breve prazo.*

*Salientar que foi escolhida a unidade operativa n.º 5 para apresentar este trabalho, tendo em consideração que é a zona mais distante das atuais infraestruturas, permitindo que essas sejam feitas por conta municipal e mais tarde, todos os outros investidores que queiram continuar com o desenvolvimento desta zona industrial já têm essas infraestruturas feitas, já têm acesso a essas infraestruturas, tornando-se assim mais económico para eles próprios desenvolverem por si só aquilo que serão as outras unidade operativas.»*

**Dra. Angélica Hurtado, Associação Portuguesa de Parques Empresariais:**

Disse o seguinte:

*«Agradeço o convite ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, à Câmara Municipal de Peniche e a todos os que aqui estão presentes, obrigada pelo acolhimento.*

*O meu nome é Angélica Furtado, trabalho na Direção de Negócios da AICEP Global Parques e atualmente somos os Presidentes da Associação Portuguesa de Parques Empresariais.*

*A Associação Portuguesa de Parques Empresariais é uma associação sem fins lucrativos de entidades públicas e privadas que gere áreas de localização empresarial e temos como objetivo dar visibilidade à oferta nacional de forma equitativa e partilhar e divulgar boas práticas dos parques e dos associados através das nossas redes sociais e de todos os nossos canais digitais, também, a nossa ideia é contribuir para melhorar as ofertas nacionais das áreas empresariais identificando algumas carências ou necessidades e dar algum input importante para estas áreas e refletir um pouco sobre as políticas públicas e o que estas políticas públicas impactam diretamente à gestão de parques empresariais. Estas políticas públicas visam particularmente o incentivo à localização de empresas nas áreas que estão já adaptadas para receber o investimento de forma a ser mais competitivas, de criar um business plan rápido e a maior rapidez dos processos gere maior atratividade nas regiões, promove a sinergia entre as empresas que se encontrem instaladas nos parques e a eficiência do investimento público.*

*O nosso principal objetivo é promover a cooperação entre entidades gestoras das áreas de localização empresarial e trabalhamos em quatro áreas de atuação que são: atrair o investimento. Partilhar as boas práticas, contribuir para as políticas públicas e atuar como facilitador nos processos de localização empresarial. Os nosso stakeholders são os associados e gestores de áreas de localização empresarial e está também a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), a Agência de Investimento e Comércio Exterior de Portugal (AICEP), a Direção Geral do Território (DGT), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) entre outros, trabalhamos em conjunto para criar atividade e demais. Atualmente, estes são os nossos associados, são onde, esta associação é relativamente nova, estamos a trabalhar, sabemos que não é fácil o trabalho da Associação, mas estamos a crescer, para este ano temos o objetivo de aumentar e sermos quinze. Algumas das atividades que fizemos foi o webinar sobre energia solar como motor de sustentabilidade para parques empresariais, este webinar teve muito sucesso, tivemos cento e quarenta inscritos, dos quais, oitenta e cinco pessoas estiveram online o tempo inteiro a ver sobre esta estratégia sobre energia solar e foram convidadas duas empresas, a Grow Energy e Greenvolt Comunidades e convidámos também a SAPEC que é nosso associado que já está implementando esta estratégia de motores de energia solar como motor de sustentabilidade para o parque industrial deles. Queremos partilhar as boas práticas do SAPEC, mas também partilhar conhecimentos de outros parques para que eles possam implementar esta estratégia também, o outro é o RoadShow, que ainda está em projeto, o nosso objetivo com este RoadShow é atrair o investimento para o interior e capacitar aos municípios o interior para que consigam atrair investimento, este é um projeto que estamos a trabalhar com a AICEP e com outras entidades, com a expectativa que inicie este ano e acho que vai ser muito bom em todo o país. Temos programadas quatro sessões e queremos também expandir para as ilhas, fazer uma ou duas sessões.*

*Esta é a nossa Associação Portuguesa de Parques Empresariais, convido todos a visitar o nosso site e poderem encontrar quem somos, tem também os contributos que nós temos feito às consultas públicas e está a parte mais importante com todos os membros da associação e poderão encontrar toda a informação de como ser membro e a ficha de inscrição.»*

**Dra. Joana Neto, AICEP Global Parques:**

Disse o seguinte:

*«Vou falar-vos da plataforma Portugal Site Selection que pretende dar visibilidade a todas as regiões do país, inicialmente era só no Continente, agora já temos as Regiões Autónomas de forma a captarmos investimento.*

*A AICEP Global Parques é uma entidade que gere parques empresariais e gerimos três, mas com o contacto todo que temos, historicamente, com os potenciais investidores fomos recolhendo alguma informação do que é que eles costumam procurar e perguntar e o que fizemos foi tentar desenvolver uma plataforma com base web para ter acesso em toda a parte do mundo, não deixa e ser um motor de busca de localizações empresariais, tem como base um sistema de informação geográfica onde são colocadas várias informações, nomeadamente os parques e gostava muito de por a zona industrial de Vale do Grou e as outras todas de Peniche com uma análise multicritério, cada investidor põe os seus critérios e ela responde com a informação que tem inserida os melhores locais que possam responder a esse potencial de investimento, não deixa de ser uma plataforma feita e desenvolvida para promover Portugal, salientando sempre as mais-valias de todas as nossas regiões que são, como sabem, todas diferentes umas das outras.*

*Eu não vou alongar muito no funcionamento, porque é uma parte muito técnica, mas basicamente, tendo em conta os centros de saber inseridos, as redes de infraestruturas de rodovias, autoestradas, portos, etc., mais as informações que nós recolhemos dos gestores de áreas de localização empresarial, sejam elas privadas ou públicas, o investidor insere os seus requisitos, ela faz a tal análise e demonstra os espaços disponíveis e adequados. Inicialmente era uma plataforma só para zonas industriais e lotes, com uso logístico e industrial, neste momento nós alargámos também para serviços e temos edifícios de escritórios e incubadoras e também temos uma coisa que muitos municípios procuravam e perguntavam de que forma é que podiam divulgar que são aquilo que nós chamamos de devolutos e que nós passámos a chamar na plataforma de cadastro de ativos com ou sem edificação e aquilo que nós podemos ter são os tais outputs, os locais certos para o investimento, podemos retirar relatórios e ver no mapa o desenho do parque dos lotes e ter alguns índices e podemos, nomeadamente, fazer comparação até cinco espaços, sejam eles lotes, salas ou terrenos. Tem a vantagem de podermos guardar os PDF dos relatórios, imprimi-los e dar a outras pessoas. Neste momento, esta plataforma nasceu em 2008, dos 308 Municípios tenho 222 inseridos, gostava muito de, para a semana, receber a informação do Município de Peniche e passarmos a ser 223, seja qual for a informação que possamos inserir. Temos 431 parques empresariais, obviamente que são zonas industriais, alas e outros, 126 espaços de escritórios, mais de 15.000 lotes, 5.266 dos quais estão livres e os outros ativos em municípios que são 104.*

*Paralelamente à informação menos técnica, nós desenvolvemos um Dashboard que dá só um panorama geral de qual a informação inserida para poder responder a muitos pedidos, nomeadamente de universidades que gostam de saber o número de parques, o número de áreas, metros quadrados, hectares, etc. Este Dashboard está ligado à nossa plataforma e à medida que é inserida a informação conseguem colocar, não retiram muita informação dos parques, para isso temos a plataforma Portugal Site Selection, mas conseguem ter a informação macro daqui.»*

**Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):**

Disse que a apresentação efetuada anteriormente seria disponibilizada a todos os senhores Deputados Municipais e podemos fazer chegar ao Mov Peniche que terá o cuidado e a gentileza de distribuir entre os seus associados.

**João Oliveira (Chega):**

Disse o seguinte:

«Começaria por dividir em duas partes as minhas questões, porque estou na Assembleia há pouco tempo. Começo por perguntar, porque a área total de área industrial da zona industrial do Vale do Grou pareceu-me ser 165.000 m<sup>2</sup>, portanto, toda esta região do concelho é suposta ser vendida por cinco milhões de euros. Será que nunca foi equacionada a hipótese de, em vez de fazer

*a venda, fazer-se um outro tipo de destino dos terrenos que não permitisse perdermos um valor que é do município, que é público.*

*Quero perguntar à senhora Dra. Angélica Hurtado se na associação, os stakeholders são públicos e consegue-se perceber e saber quem eles são, isso está presente no vosso site?»*

**Carlos Miguel Amaral (PS):**

Disse o seguinte:

*«Relativamente a esta matéria, referir que o senhor Presidente sempre referiu que a zona industrial de Vale do Grou, a par do Parque Escolar e da Estratégia Local de Habitação foi sempre a sua grande prioridade para este mandato.*

*De uma forma cronológica, na ata da Câmara Municipal de 03 de março de 2023, o senhor Presidente faz uma declaração de voto onde diz: “Concretizar a breve prazo a execução da zona industrial de Vale do Grou é condição essencial para corresponder ao desenvolvimento económico do concelho e, dessa forma, permitir também o desenvolvimento de projetos de ordenamento das áreas importantes do nosso território”, depois, no dia 08 de setembro de 2023, uma sessão pública, um monólogo, foi promovido pelo senhor Presidente que segundo o mesmo permitiria em termos políticos e técnicos que se explicasse qual a engenharia financeira e qual o enquadramento, eu nunca tive qualquer feedback desta apresentação, quando eu digo feedback digo acesso a documentos técnicos, a única coisa que eu sei e que ouvi foi o senhor Deputado Hugo Martins dizer numa das Assembleias posteriores: “o senhor Presidente informou que tem a ambição de contrair financiamento para a aquisição dos terrenos e começar a construção das infraestruturas de loteamento e que daquilo que também ouviu na apresentação pública é preciso dizer que a proposta teve uma grande aceitação por parte da população que se manifestou”, este foi o único feedback que tive. Mais tarde, o senhor Presidente também refere que nunca pretendeu que se avançasse para um processo tão exigente sem primeiro confirmar os potenciais interessados e isso estão a fazê-lo agora, no dia 15 de setembro de 2023. No dia 17 de novembro, “o senhor Presidente informou que os contactos já estão a ser desenvolvidos com um conjunto de potenciais interessados e esperam durante o mês e dezembro apresentar essas informações numa reunião de Câmara”, no dia 02 de fevereiro de 2024 numa Assembleia Municipal o senhor Presidente refere que iria enviar informações a todos os grupos municipais dos nomes das empresas que estão referenciadas como interessadas, não sei se receberam, eu não recebi nada. Na minha intervenção de 30 de novembro de 2023, aquando da apresentação e votação das GOP e Orçamento, documentos esses que votei contra, referi em ata que a propósito da zona industrial do Vale do Grou o seguinte: “O senhor Presidente fez uma apresentação sobre esta zona industrial da mesma forma que apresentou o parágrafo”, isto para lembrar que as Grandes Opções do Plano, relativamente à zona industrial do Vale do Grou, tiveram direito a três linhas de texto, ou seja, representou um parágrafo com base em achismos, “acho que vão para lá empresas, acho que podemos deslocalizar, acho que podemos atrair”, isto tudo sem qualquer base de estudo, sem qualquer levantamento económico, sem qualquer ideia do tipo de empresas que se quer colocar naquela zona e quantos empregos reais se pensa criar. Expressei que não pretendia ver naquela zona armazéns para guardar alfaias agrícolas, nem vestuário, nem barcos, portanto, não contem consigo para contribuir para uma especulação imobiliária. Adiantou que quando se diz “estabelecer definitivamente a zona industrial de Vale do Grou há muito esperado pelos investidores”, perguntou quem são os investidores. Senhor Presidente, passado este tempo e perante a apresentação de hoje que é por si só uma declaração de interesses, mantenho a minha posição, a zona industrial do Vale do Grou, na minha opinião, não é atualmente uma prioridade, face à face à inexistência de informação, na minha opinião, fidedigna, assente em estudos de viabilidade económica devidamente estruturados, mensuráveis em termos*

*de impacto financeiro e postos de trabalho a criar e alinhados com o tecido empresarial presente neste concelho, assim, tenho as seguintes questões:*

*- Vai apresentar à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal um estudo de viabilidade económica ou financeira que sustente a análise para aprovar a análise para aprovar dois empréstimos no valor de 5,5 milhões de euros ou vamos só ficar com a informação que agora temos?*

*- Em relação ao empréstimo de 2,5 milhões de euros para a aquisição de terrenos a privados, como se vai efetuar, como é que os mesmos vão ser avaliados agora, em 2024, e quais vão ser os critérios? É que na auscultação que se fez junto das entidades bancárias para a contratação dos empréstimos o que consta nos documentos é que a avaliação dos imóveis foi da responsabilidade dos privados, a minha pergunta é:*

*- A Câmara Municipal vai comprar de acordo com a avaliação feita pelos detentores dos terrenos?*

*- Em relação ao empréstimo de 3 milhões de euros para infraestruturas, está assente em algum orçamento devidamente elaborado? Como é que se chegou a este valor? Abrange a zona industrial toda?*

*- Quando se diz que este empréstimo para a compra de terrenos será recuperado aquando da venda dos mesmos a empresas que desloquem para o Vale do Grou, qual a base que tem para essa afirmação? Tem algum estudo que permita assegurar isso? As empresas ou os empresários em nome individual que demonstraram interesse em ir para o Vale do Grou, e que o senhor sabe, são de que atividades económicas? Tem dados que permitam aferir qual o número de postos de trabalho novos que a zona industrial do Vale do Grou vai criar? Tem dados que permitam aferir qual a média de novos postos de trabalho que cada empresa vai criar, por lote/armazém? Tem dados que permitam apurar quantas empresas e quantos trabalhadores se vão deslocalizar do concelho de Peniche para aquela zona industrial?*

*Esta é uma sessão temática, foi solicitada por quem está aqui a assistir e para ser esclarecido, quero perceber qual é o aporte que o empréstimo de 5,5 milhões de euros traz para o desenvolvimento económico do concelho, quero saber se o seu nível de empregabilidade aumenta, quero perceber se efetivamente esta superioridade é concreta, devidamente documentada e suportada financeiramente, por isso estamos aqui todos para ouvir as suas respostas a estas perguntas e a outras dos senhores Deputados, pois só o senhor Presidente é que as tem e depois cada qual tirará as suas conclusões ao nível desta prioridade para o concelho.»*

**Luís Almeida (PSD):**

Disse o seguinte:

*«Não sei se poderei falar do ponto de vista pessoal, mas julgo que posso falar do ponto de vista da Bancada do Partido Social Democrata que é oposta ao que foi apresentado agora pela Bancada do Partido Socialista e, se me permitem, vou falar do meu ponto de vista que acredito e pelo que foi já discutido entre nós, certamente corresponde muito à opinião da Bancada do Partido Social Democrata.*

*A questão do parque industrial é uma questão de planeamento urbanístico, porque é uma área inexistente e se ela é inexistente, e como na nossa área urbana temos problemas que temos de resolver, parece-me muito urgente a existência de uma área que nos permita, além de outras indústrias que eventualmente se poderão cá querer instalar, deslocalizar algumas empresas que para Peniche, do ponto de vista urbano, são problema. Evidentemente que temos de saber quanto é que gastamos, evidentemente que temos de ter uma ideia de custos e de benefícios da infraestrutura que estamos a considerar, mas há aqui outras questões que, eventualmente, se podem sobrepor e daí a urgência de iniciar todo este processo que é do que estamos a falar, não estamos a falar de ampliar, não estamos a falar de criar outro, estamos a falar de criar o primeiro que nos permitirá*

resolver algumas questões de planeamento urbanístico, concretamente na questão industrial. É claro que há muitas discussões internas que se podem fazer, nós temos já um parque industrial, do meu ponto de vista, que é o porto de Peniche. O porto de Peniche é, do meu ponto de vista, um parque tecnológico, tem tudo para ser um parque tecnológico, porque tem centros de investigação, vai ter o Smartocean, pode lá suportar empresas, portanto, nós já temos um parque industrial com determinadas características e até estou a ser contraditório na minha intervenção, porque este será um segundo, mas nós sabemos que o porto de pesca está no centro da nossa localidade e há certo tipo de indústria que não se pode localizar aqui, portanto, do ponto de vista da oportunidade, do ponto de vista da decisão, manifestámos a nossa opinião. Quero agradecer a presença das técnicas, senhoras Dra. Angélica Hurtado e a Dra. Joana Neto, e em concreto e no âmbito do que foi previsto com esta sessão, que é uma sessão temática, até para perceber melhor, porque aqui o problema que se põe é que uma comunidade não pode avançar para um parque industrial sem alavancar, sem se candidatar a tudo o que sejam apoios possíveis e esta é a grande questão, ou seja, parece-me que a grande questão é:

- Ao que é que nos vamos candidatar para viabilizar ainda mais este projeto?

- O projeto o que é que será no futuro? Nós sabemos que, e foi referido aqui, há muitos lotes devolutos e até há opiniões, como foi expressa, de que o parque industrial não é necessário, porque se calhar fica deserto, volto a dizer que não é essa a minha opinião, mas ainda que não ficasse totalmente ocupado consideramos que é muito necessário. Agora, a questão se põe é: o modelo de alguns parques industriais pode eventualmente estar desatualizado e a grande questão que se põe aqui é:

- O que é que preconiza o que será o modelo do futuro para os parques industriais, que cuidados e que dinâmicas.

Eu percebi que a AICEP Global Parques gere alguns parques, a primeira pergunta que faço é:

- Havia a possibilidade deste parque do Vale do Grou ser gerir pela AICEP Global Parques?

- A AICEP Global Parques pode funcionar como consultora para as decisões, no sentido de fazer um parque industrial moderno?

Nós sabemos muito pouco, aliás a razão desta sessão é o pouco que sabemos sobre este assunto e para tomarmos as decisões certas precisamos, certamente, da ajuda de quem está mais informado sobre estas coisas, portanto, as questões que quero fazer são:

- Por um lado, que tipo de apoios é que podem existir para a componente de infraestrutura, muitas vezes os apoios podem não ser à Câmara Municipal, mas podem ser devidas às empresas que se vão instalar, portanto, que tipo de parceria para se conseguir concretizar as infraestruturas;

- Foi manifestado previamente que a Bancada do Partido Social Democrata não concorda com o montante global do empréstimo, mas concorda com o montante para a aquisição dos terrenos, julgo que não se pode avançar com um processo deste sem ter pelo menos os terrenos, portanto, a aquisição dos terrenos deve ser concretizada, eventualmente com um empréstimo, a construção das infraestruturas deve ser uma candidatura e deve ser devidamente apoiada, porque não parece razoável fazermos todo este investimento a custos exclusivos do Município e a pergunta que eu faço é:

- Que tipo de apoios pode haver?

- Se há consultoria, por um lado, para conseguir os apoios e, por outro lado, para definir o modelo que deve ter o parque industrial?

- Que tipo de apoio é que poderá haver para uma gestão do seu funcionamento?»

**Henrique Estrelinha (PS):**

Disse o seguinte:

«Agradeceu a presença das senhoras Dra. Angélica Hurtado e Dra. Joana Neto e a apresentação efetuada.

Relativamente a este assunto, o Partido Socialista tem sido claro e nos seus programas eleitorais, não só o de 2021, mas também os anteriores, o Partido Socialista, tal como os outros partidos, têm defendido a existência de uma zona industrial do Vale do Grou, portanto, isso que fique aqui bem esclarecido, nós somos a favor da zona industrial do Vale do Grou, questão que parece ser unanime em todos os partidos aqui representados, o único ponto de discordância tem que ver exatamente com o valor que é necessário pedir de financiamento para a construção de infraestruturas naquele espaço, porque existem outras áreas no Município de Peniche e dou aqui o exemplo da Educação, na área relativamente ao parque escolar de Peniche que talvez seja o que tem menos condições para aquilo que deve ser a Educação no Século XXI na região Oeste, portanto, umas das prioridades deve ser o investimento na área da Educação e como nós estamos aqui a representar o povo, fomos eleitos pelo povo e não por interesses, é normal que nós defendamos em primazia a área da Educação.

Além da questão do empréstimo, achamos que nos deveria ter sido entregues os documentos necessários para esta Assembleia, há algum tempo, não agora, e também a existência de um plano de viabilidade económico financeira para fazermos uma avaliação concreta do que se pretende para a zona do Vale do Grou.

Vou repetir novamente aquilo que disse, o Partido Socialista tem tido nos seus programas eleitorais e continua a defender a zona do Vale do Grou, discorda a forma como se pretende financiar as infraestruturas, sei que existe financiamento no Portugal 2030 para infraestruturas de parques industriais e, portanto, aconselhamos a que seja esse o caminho que a Câmara Municipal faça.»

**Vítor Agostinho (CDU):**

Disse o seguinte:

«Na continuidade da intervenção do senhor Deputado Henrique Estrelinha, eu também venho dizer que a Coligação Democrata Unitária sempre teve nos seus programas eleitorais a construção da zona industrial do Vale do Grou, aliás, foi a Coligação Democrata Unitária que aprovou a sua localização, somos a favor da implementação da zona industrial, no entanto, levantam-se aqui algumas questões no que diz respeito à metodologia utilizada e no que diz respeito à como as coisas nos são apresentadas ou a falta de apresentação de determinados dados.

Um empréstimo de 5,5 milhões de euros que pode chegar a 8,5 milhões de euros é algo que nos assusta, porque é um valor considerável para um projeto que não temos, até ver, nenhum estudo de viabilidade económico, não existe comissões independentes que possam ter feito algum estudo que nos possam apresentar em que moldes se pode rentabilizar e como é que as coisas poderão funcionar no futuro.

Por todo o país existem diversas zonas industriais, umas com sucesso, outras com bastante insucesso e gostaríamos de saber como é que o Município prevê, uma vez que se falou aqui nas zonas industriais de futuro, no que diz respeito a isso para não cairmos numa zona industrial que possa ter algum insucesso.

Também nos preocupa a questão dos investimentos. Certamente que os há, certamente que há interessados em ir para lá, mas não temos informação se são novos investimentos, se são investimentos que vêm do exterior, se são apenas realocações de investimentos que já existem aqui, portanto, existem mais questões do que respostas em todo este processo.

Esta Assembleia Municipal é temática, estamos aqui para obtermos mais informações e assim espero que estas informações venham a chegar, não só às bancadas que estão aqui

*representadas, mas ao público e também aos investidores. Achamos que está muito no ar, falando de uma forma pouco académica, mas, voltamos a dizer, estamos de acordo com esta instalação, mas gostaríamos de ter mais dados concretos, porque é um investimento considerável e estamos, se calhar, a começar a casa pelo telhado.»*

**Hugo Martins (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Não quero fazer uma intervenção muito extensa, porque considero que ao longo do mandato tenho vindo a falar muito sobre este assunto, pois considero ser uma prioridade, aliás, mesmo em 2021, em todas as sessões de esclarecimento ou em quase todas as sessões de esclarecimento que fizemos à população, tive a oportunidade de dar a minha opinião sobre este assunto, penso que deve ser uma bandeira do Município de Peniche a curto prazo.*

*Há um conjunto de considerações que foram feitas, eu como autarca e como cidadão sinto-me completamente à vontade para votar esta proposta quando for necessário, porque na sessão de esclarecimento que a Câmara Municipal de Peniche fez senti que tinha todas as condições necessárias para poder decidir, pois foi demonstrado aquilo que é o caminho da viabilidade económica e da viabilidade financeira sobre esta proposta, uma sessão de esclarecimento que foi pública, em que tivemos muitos cidadãos que entenderam estar na reunião, em que todos falaram o tempo que entenderam, tivemos todos os autarcas das diferentes forças políticas a intervir, sinto-me completamente à vontade, foi demonstrada a viabilidade económica e a viabilidade financeira, na minha opinião, penso que temos todos os elementos e toda a informação para poder decidir.*

*Algumas considerações que eu poderia fazer, não sei se vai ser necessário, vou esperar pela intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche, mas digo desde já que o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche não tem qualquer dúvida sobre a viabilidade desta proposta e a população do concelho de Peniche pode ter a certeza absoluta, o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche vai votar favoravelmente esta proposta.»*

**Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):**

Disse o seguinte:

*«Acabámos este primeiro ciclo, nós tivemos aqui questões de natureza técnica e tivemos outras questões de natureza política, essa eu vou solicitar uma colaboração e ajuda do senhor Presidente da Câmara e da parte técnica vou igualmente solicitar uma ajuda às senhoras Dra. Joana Neto e Dra. Angélica Hurtado, nomeadamente naquilo que diz respeito à intervenção dos senhores Deputados João Oliveira e Luís de Almeida, foram questões de natureza técnica, deixaria as outras para o senhor Presidente da Câmara poder efetuar o esclarecimento.*

*Gostava de repetir aquilo que alguns senhores Deputados aqui disseram, nomeadamente o senhor Deputado Vítor Agostinho, portanto, isto trata-se de uma sessão temática, estamos aqui para recolher informação, para discutir, para saber pontos de situação, interesses, vantagens e desvantagens deste processo e gostaria também de fazer um sublinhado relativamente à intervenção do senhor Deputado Luís Almeida quando diz que aquilo que é importante é, de facto, iniciarmos os processos.»*

**Dra. Angélica Hurtado, Associação Portuguesa de Parques Empresariais:**

Disse o seguinte:

*«Poderá encontrar no site da associação os relatórios de gestão e tudo o que implica a associação, o plano de ação dos anos 2021, 2022 e 2023, três anos de existência e aí encontrará também toda a informação dos stakeholders e, sobretudo, dos associados, nós damos visibilidade*

*aos associados e no site está mais refletido os associados, os stakeholders estarão nos relatórios e demais informação.»*

**Dra. Joana Neto, AICEP Global Parques:**

Disse o seguinte:

*«Eu vou tentar responder a questão do senhor Deputado Luís Almeida, mas não vou responder no âmbito da APPE, tenho de responder à questão colocada sobre a gestão de parques e a consultoria não como Associação de Parques Portugueses Empresariais, mas como AICEP Global Parques, entidade gestora de parques empresariais e eu não sou advogada, não trabalho no Departamento Jurídico, mas sim, se a nossa comissão executiva dentro de um programa e um plano de gestão achar que será uma mais valia e que poderá colaborar com a entidade que vai desenvolver o parque, creio, e estou a falar como Técnica da Direção de Negócios, que a AICEP Global Parques poderá ajudar na gestão ou gerir em colaboração com a Câmara Municipal ou uma outra entidade que queira desenvolver o parque. Na questão da consultoria, posso dizer-lhe que já o fizemos no passado, não relativamente a gestão de parques empresariais, mas, por exemplo, em elaboração de dossiers de investidor, no âmbito daquilo que nós chamamos Portugal Site Selection Consulting que é aproveitar as mais valias das nossas equipas técnicas e fazermos reuniões e brainstorming, sim, podemos colaborar com qualquer entidade que necessite da nossa ajuda, dentro daquilo que nós possamos saber ajudar, não temos soluções milagrosas. Posso dizer que a zona industrial logística de Sines foi criada no Gabinete da Área de Sines, em 1978, quando acharam que em Portugal poderia haver ali uma zona petroquímica, o outro parque que nós gerimos é a antiga fábrica da Renault que ficou como compensação para o Estado, porque a Renault encerrou as suas instalações e o Albiz é um parque empresarial mais pequenino em Sintra, portanto, são três parques totalmente distintos, com características distintas, áreas distintas, modelos de negócios distintos, portanto, como veem, nós podemos dar, sim, o nosso aporte e a nossa experiência e podemos também colocar a Câmara Municipal de Peniche a falar com outras entidades para saber e aproveitarem esse seu know how, isto para lhe dizer que sim senhor, creio que a AICEP Global Parques terá esse know how, poderá sim ajudar na gestão ou gerir e prestar serviços de consultoria, mas terá de ser a minha administração e não eu, mas estamos sempre de porta aberta para colaborar da mesma maneira que fizemos quando entrou em contacto connosco e virmos aqui.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Agradecer às senhoras Dra. Angélica Hurtado e Dra. Joana Neto as informações que trouxeram que vêm, de certo modo, abrir as perspetivas de concretização da zona industrial para um plano superior que é positivo.*

*Eu não vou fazer grandes considerações de ordem política, porque chamaram Assembleia Municipal temática, colocaram a questão de eu não intervir nesta sessão, portanto, acho até que é despropositada algumas considerações políticas que foram aqui feitas, mas não me surpreende, já estou habituado, nem me surpreende algumas considerações em termos da zona industrial, porque isto é tudo muito fácil dizer que sim, todos estamos muito interessados, todos as defendemos, mas quando aparecem propostas para se concretizar elas são bloqueadas, não há outro termos, são bloqueadas e têm sido bloqueadas já algum tempo.*

*Como o senhor Deputado João Oliveira chegou mais tarde não está na posse de alguma informação. Este processo começou lá atrás, portanto, como o senhor Deputado Vítor Agostinho referiu, e bem, isto foi aprovado no último mandato da Coligação Democrata Unitária, salvo erro, em 2016, deixou aprovar uma zona industrial com um regulamento e dividido por cinco unidades operativas, ou seja, dividiu todas as propriedades, são mutas propriedades, pequenas propriedades*

no essencial, para poderem ser, no fundo, executadas de uma forma faseada. Eu quando entrei tentei, e estão duas pessoas na sala que estiveram presentes nesse processo, tentei incentivar que fosse o setor privado a dinamizar o desenvolvimento da zona industrial com o apoio da Câmara, foi isso que eu procurei fazer. Na altura, pensava que era possível começar pela unidade operativa n.º 1 que é junto do nó de Porto de Lobos, fizemos três, quatro, cinco reuniões, tenho-as registadas, mas neste momento não sei quantas foram, nesse sentido e chegaram à conclusão de que não havia condições para avançar. Eu desmereci, estive alguns meses ou um ano sem pensar muito nisto, entretanto, por um conjunto de circunstâncias fizeram-me pensar na unidade operativa n.º 5 que é, de certa forma, quatro ou cinco propriedades, quatro que são essenciais, duas pequenas e duas maiores, e fizeram-me pensar e fui gradualmente contactar os proprietários, aqueles que pude contactar. Clarificar aqui uma situação, primeiro, não é o Presidente da Câmara nem nenhum técnico da Câmara que faz a avaliação dos terrenos, nesta circunstância nem em nenhuma outra, o próprio programa da zona industrial que foi aprovado tem um valor indicativo, não percebo é porque é que continuam a apontar neste sentido quando está lá o valor indicativo. Logicamente, quando eu pedi aos proprietários do terreno maior, só se eles estivessem a dormir ou quem eles contrataram estivessem a dormir e não fossem ver o programa da zona industrial do Vale do Grou que tem lá um valor indicativo, qual é o valor que indicam, o valor que indicam é próximo daquele valor, se há uma diferença são décimas por m<sup>2</sup>. Qual era a vantagem desta unidade operativa, primeiro permitia-nos a requalificar aquela estrada, o arruamento que liga à Atouguia da Baleia e liga o IP6 ao Lugar da Estrada, requalificar aquele arruamento com a previsão de que essa estrada poderia seguir diretamente para a Consolação, sem passar por dentro do Lugar da Estrada e Relva Longa. Um dos problemas daquela zona é ter lá as infraestruturas, o saneamento está nas proximidades da antiga fábrica do A. Ramos & Costa, nós começámos a construir as infraestruturas cá em cima e as cotas até são favoráveis a esta solução, permitia-nos levar o saneamento até à unidade operativa n.º 5 e permitia trazer o saneamento para as outras unidades operativas que lá estão pelo caminho que são quatro, essa era uma das vantagens, para além de por lá a energia, a água e as comunicações com outra capacidade. Quando se fala em 145.000 a 165.000 euros pode até ultrapassar, depende de quando houver autorização para avançar, depende de podermos avaliar e confirmar, mais uma vez, os potenciais interessados, porque quando se fala que só há uma solução que é uma candidatura, no mandato passado, este Presidente e o executivo fez a proposta de uma candidatura, a senhora Dra. Isabel Damasceno quando viu aquela candidatura deve ter pensado que o Presidente da Câmara de Peniche deve ser doido, vem apresentar uma candidatura sem um contrato de promessa de compra e venda com nenhum dos proprietários, isso não se faz e porquê, porque o executivo não autorizou, cinco pontos, dois foram recusados, isto está tudo escrito e está tudo gravado, portanto, não há dúvidas em relação a isso, eu acho que foi um erro. Hoje quando se diz, como há bocado um Deputado disse, que há dinheiro no 2030, digam onde é que está o dinheiro, qual é o programa, já me disseram isso e não há nenhuma garantia de dinheiro para zonas industriais, houve lá atrás, no mandato anterior houve, outros foram lá buscar o dinheiro, e esta é que era a vantagem.

Depois, o executivo pode aprovar, eu recuso-me entrar naquilo que é um desgaste que não é apropriado à situação de comprar terrenos e depois estar à espera, vamos ver, o Partido Socialista não tem, nem os outros grupos, o Partido Social Democrata tem uma lista de potenciais interessados, fez um requerimento, provavelmente só foi para o requerimento, amanhã terão presente esses indicadores, mas o Partido Social Democrata tem uma lista de potenciais interessados que tem o nome, aliás, pelo menos um deles que me está a ouvir está a dizer “este Presidente quando conversou comigo lá atrás, há mais de um ano tinha razão naquilo que eram as dificuldades em Peniche” que é de uma empresa que quer vir para cá, quer ir para aquele terreno e quer comprar. O investimento, o financiamento foi ali explicado, no processo inicial nós falámos

*em 20 anos, foi um erro, eu assumo que foi um erro, agora estamos a falar no máximo 5 anos e provavelmente pode nem ser necessário usar o dinheiro, porque que é que paga, são os investidores, são aqueles que vão à hasta pública, são aqueles que querem 90.000 m<sup>2</sup> para virem para o nosso concelho, aquele que quer 50.000 m<sup>2</sup> para deslocalizar a empresa que está dentro da cidade e quer ir lá para fora e os outros, porque aqui estamos a falar em 140.000 m<sup>2</sup>, se a Câmara quiser ir para lá e deveria querer enviar para lá os armazéns dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e construir lá os armazéns que estão na Docapesca, só o dinheiro que realiza ali faz muito mais dinheiro do que custam os armazéns, mas não é preciso, eu falei, um a um, com os empresários que estão interessados e que manifestaram interesses em adquirir as propriedades pelos valores de 32€/m<sup>2</sup>, 30€/m<sup>2</sup>, 35€/m<sup>2</sup> e ninguém se queixou que era caro, o resto, mesmo o desenvolvimento do parque industrial eu acho que nem é exigível que seja aqui. Eu se calhar estou à frente do tempo mesmo com a minha idade, em relação a este e a outros assuntos, há pessoas que são muito jovens e se calhar estão atrasados, o meu desejo é que conseguíssemos avançar com esta primeira unidade operativa e depois os privados que têm dinheiro, alguns investidores pudessem olhar para a unidade operativa n.º 4 e ver o que iriam fazer com aquilo, que se juntassem com o Move e com quem entendessem, esse é o objetivo, tomaria eu que alguém chegasse ao pé de nós e disse “esqueça isso Presidente, isso não vale a pena, nós vamos comprar aquelas três ou quatro propriedades, a Câmara ajuda-nos, nós vamos desenvolver o projeto”. Quando alguns investidores vieram perguntar qual era a previsão em relação à Rua da Ponte Velha, aliás, um dos objetivos de comprar os armazéns por trás era de abrir outra rua por trás, era resolver o problema temporariamente da Câmara, fazer a transferência dos armazéns enquanto não fazia armazéns novos e, depois, quando fosse fazer a unidade de execução agarrava naquilo tudo e dizia “está aqui a nossa área deste lotes, que temos lá os lotes ao lado, não os usámos, e o armazém”. Logicamente que a Câmara também tem o direito de ganhar dinheiro em todos os investimentos, a Câmara abre as ruas, faz os passeios e paga tudo, os outros ganham o dinheiro, comigo não é assim e ainda bem que temos técnicos que não são assim.*

*O estudo de viabilidade económica está respondido nestas folhas, com o nome das empresa que acreditam, andamos a gastar em pareceres e estudos económicos e depois no fim, mesmo com estudos económicos há sempre quem vote contra os estudos económicos sobre os projetos e essa é que é a questão, não se quer, a situação está mais que esclarecida, não quer que isto avance, este e outros processo vão avançar quando eu me for embora, porque depois não há ninguém a abater, juntam-se todos e executam aquilo, mas ainda bem, ao menos ficam com as ideias para concretizar.»*

**Carlos Miguel Amaral (PS):**

Disse o seguinte:

*«Só para lembrar o senhor Presidente da Câmara que, em relação a estas sessões, o Regimento fala na realização de debate sobre aspetos específicos da política municipal, portanto, o senhor já disse que o estudo de viabilidade económica é um conjunto de declarações de interesses, para mim um estudo de viabilidade é muito mais do que isso, permite perceber o tecido empresarial que lá se quer colocar, o número de postos de trabalho, e não demora muito a ser elaborada.*

*Quanto à questão do senhor Deputado Luís de Almeida, só esclarecer o seguinte, a Bancada do Partido Socialista não está contra o plano de urbanização do Vale do Grou, aprovou-o, é a forma como está, além de que estamos aqui a falar que para chegarmos lá temos de ter um empréstimo e para termos um empréstimo, a minha questão é a seguinte: os senhores estão confortáveis com aquela declaração de interesses? Em relação ao orçamento dos três milhões de euros eu também não estou confortável, portanto, ainda tenho algumas questões que o senhor Presidente acabou por não me responder, em relação ao estudo económico já está respondido, em relação ao empréstimo também já me disse que vai efetuar com os valores de 2017, ou seja, são os*

*valores que estavam quando falou do valor que ia comprar e que estavam acordados para a compra, falou-me que eles já estavam perfeitamente referenciados, o que eu perguntei foi se irão de novo ser avaliados em 2024 ou mantem-se o que estava, portanto, percebi que se mantém o que estava. Em relação aos dados sobre os números de postos de trabalho, o senhor não sabe, porque não tem o estudo de viabilidade económico, portanto, é só para garantir que o Partido Socialista não está e nunca estará contra o desenvolvimento, está sobre a forma e a forma, neste momento, de empréstimo, que a proposta que irá vir para nós para aprovarmos ou não, não está, na nossa opinião, baseada num estudo económico ou financeiro.»*

**Luís Almeida (PSD):**

Disse o seguinte:

*«A minha intervenção foi no sentido de reagir a uma coisa que ouvi, não inventei, foi dito que não concordava.*

*Entendo que esta sessão é temática e é para esclarecimento, não estamos aqui a decidir nada, portanto, é claro que vão ficar ainda imensas informações em aberto, mas é uma discussão, no nosso entender, posterior, posso estar errado, mas é este o meu entendimento, daí a minha intervenção.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Não me compete a mim estar a assumir que os valores dos terrenos são aqueles, os terrenos não são meus.*

*O processo foi apresentado em setembro do ano passado, foram criadas expectativas para a Assembleia que queria discutir o assunto, inclusive, a última marcação estava para 10 de março, nós fomos adiando, logicamente que eu sempre disse que podem votar todos contra, mas eu não espero sair desta casa sem apresentar a proposta devidamente fundamentada, a proposta vai muito em breve a reunião de Câmara, se for chumbada em reunião de Câmara, está chumbada, eu vou continuar a fazer o meu trabalho.*

*Em relação às infraestruturas menos ainda posso dar garantias, uma coisa era ter uma avaliação de execução das infraestruturas necessárias para a unidade operativa n.º 5 há dois anos ou há três ou há quatro, mas quando procuramos que os potenciais investidores se manifestem, também tem que ver com a necessidade de procurar ajustar o território, o âmbito da unidade operativa n.º 5, logicamente, ao regulamento, mas também àquilo que são os investidores, se nós temos investidores para uma área de 90.000 m<sup>2</sup>, outros investidores para uma área de 50.000 m<sup>2</sup>, outros para 1000 m<sup>2</sup> e outros para 2.000 m<sup>2</sup>, aliás temos esses levantamento feito, é nesse sentido que o fazemos. Logicamente que quando procuram que se possa fazer um regulamento ou criar condições numa hasta pública para os políticos dizerem “nós queremos lá este setor, aquele setor e aquele setor”, isso não contem comigo, porque isso é inviabilizar, quais são as garantias, logicamente nós temos os indicadores que as pessoas nos quiseram transmitir, quiseram confirmar, houve empresários de Peniche que tem um investimento e numa primeira fase, já lá atrás, tinha manifestado interesse em ponderar a deslocalização da sua empresa e hoje não está, agora, eu estou convencido de que estes, até prova em contrário, estão interessados, agora, era legítimo eu ir perguntar aos proprietários dos terrenos, outra vez, se estão interessados, não. Logicamente que antes de apresentar a proposta em reunião de Câmara eu tenho, no mínimo, de falar com as pessoas e saber se continuam com interesse em vender.»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse o seguinte:

«Gostaria só de referir que tive de me ausentar rapidamente, mas estive a ouvir na transmissão online e gostaria de cumprimentar em primeiro lugar os funcionários municipais e agradecer também o trabalho que é realizado por eles, porque me permitiu ir ao meu compromisso urgente e inesperado e consegui ouvir a intervenção da senhora Dra. Joana Neto.

Agradeceu a presença das senhoras Dra. Angélica Hurtado e Dra. Joana Neto.

Relativamente a este processo, como já foi dito não foi entregue documentação nenhuma antes desta reunião, portanto, nós sabendo apenas da documentação aqui e não tendo tido um trabalho preparatório é impossível comprometer-nos seja com o que for e muito menos comprometer a votar isto sem perceber do que se trata.

O senhor Presidente de Câmara, na intervenção que teve e para que se faça uma distinção uma vez por todas o que é a questão técnica e a questão política, este é um órgão político e está aqui a discutir questões políticas, para decisões políticas, para visões políticas auxiliado pela componente técnica, portanto, isto vai estar sempre inerente ao funcionamento da Assembleia e nós aqui nunca votámos nada contra, nada foi bloqueado, porque nada foi aqui apresentado e para que, citando a senhor Vice-Presidente da Câmara, os políticos desta terra possam aprovar, têm de conhecer aquilo que existe. Eu devo dizer que me preocupa, no mínimo, que o senhor Presidente de Câmara leve isto a reunião de Câmara sem sequer ter feito uma discussão aprofundada, porque já se está a preparar para tudo ser chumbado e para começar o processo de vitimização que antecede as próximas eleições autárquicas e é uma pena que um processo desta natureza esteja emalhado neste tipo de ansiosos.

Eu também devo dizer que a visão estratégica, a missão e as orientações que regem o Município devem ser apresentadas pelo senhor Presidente de Câmara, embora não coloque em causa a capacitação, obviamente, técnica do senhor Diretor Municipal, mas creio que quando nós estamos a fazer uma apresentação desta natureza isto tem o cunho político da nossa visão e eu lembro-me, por exemplo, no Município de Óbidos, recentemente, que foi apresentado uma estratégia para a década e foi o Presidente de Câmara que tomou a dianteira e demonstrou aquilo que queria ele fazer para o Município dele, não coloco obviamente em causa qualquer questão de qualificação do senhor Diretor Municipal que sabe que tenho a máxima consideração.

Devo dizer que também me preocupa a forma como este processo está a decorrer, porque continua alicerçado em intenções do senhor Presidente que tem interessados, de alguém que se queixa que é caro ou que é barato e gostava é que cada um fizesse como entendesse. Esta falta de liderança neste processo, que devia ser um processo plenamente estratégico, pode deixar por terra toda a viabilidade do projeto, porque isto não pode ser uma intenção, tem de ter objetivos estratégicos, naturalmente, mas tem de ter objetivos específicos e tem de ser consequente, e dessa forma não me parece que esteja no melhor caminho.

Como as convidadas aqui presentes referiram isto também assenta no processo de política pública e também no processo de planeamento estratégico, portanto, a implementação, e o senhor quando parte para a aprovação do projeto já está a partir para a parte da implementação, é sempre a penúltima etapa, quer do ciclo das políticas públicas, quer do ciclo do plano estratégico, porque antes disto tem que haver um diagnóstico, esse diagnóstico tem de ser discutido, desde logo, com todos os stakeholders, que é um termo que tem sido utilizado hoje e que está na ciência como sendo os atores políticos e os stakeholders são fundamentais, são eles os autarcas, são eles os funcionários municipais, são eles os empresários, são eles a população, por isso é que há muita legislação que aponta para a obrigatoriedade da consulta pública, porque isto tem de ser um momento que deve anteceder a tomada de decisão política. Nós sabemos que depois de ser aprovado tem a consulta pública, depois de ser publicado em Diário da República, mas se nós conseguirmos compatibilizar todos estes interesses antes, logicamente, vamos a chegar a uma fase mais adiantada com o processo legitimado e com viabilidade de continuidade muito superior. Eu acho que o senhor Presidente, se

*quer levar um projeto desta natureza tem a legitimidade, como é lógico, tem o consenso sobre a necessidade deste investimento para o concelho de Peniche, deve começar a compatibilizar aquilo que são as vontades de todos os atores que, tal o senhor Presidente, estão legitimados para estar aqui.*

*Ouvimos na apresentação que foi feita pelo senhor Diretor Municipal, houve reuniões, existem compromissos e eu gostava de perguntar que tipo de compromisso é que existiu com as pessoas que estão disponíveis para investir neste parque industrial, porque, como o senhor Presidente referiu, a senhora Dra. Isabel Damasceno disse que tinha de ter um contrato de promessa de compra e venda antes de uma candidatura, é nesse princípio que deve ter um compromisso firmado e transparente, pelo menos, com os elementos da Câmara e firmado com todos os interessados. Nós temos bem perto de nós, ainda dentro da zona Oeste, alguns parques industriais que foram construídos e que antes de serem construídos já estavam vendidos, porque já estavam os acordos feitos com as empresas e esse município pôde avançar com outra segurança e, eu acho, que se existe essa vontade o município pode avançar com mais segurança ainda para esta intenção.*

*No trabalho que nós vamos desenvolvendo, também, com os Vereadores, eu recebi, no dia 15 de abril, um email do senhor Vereador Ângelo Marques, que sei que fez chegar à Câmara e fez chegar também, naturalmente, a quem trabalha com ele, de que existia no Centro 2030 a primeira fase de candidaturas para áreas de acolhimento empresarial que tem uma dotação orçamental de 22 milhões de euros, financiado a 85% e a primeira fase de candidaturas termina a 25 de junho de 2024, não sei se tem enquadramento, mas no decurso daquilo que o senhor Deputado Henrique Estrelinha referiu, queria dar essa nota.»*

**Francisco Salvador (PSD):**

Disse o seguinte:

*«Lanço aqui um desafio, porque entendo que este é um assunto da maior importância para o concelho e acho que é hora de tomar esclarecimento de tudo aquilo que é necessário para se ter uma fundamentada decisão definitiva e passo a dizer o seguinte: entendo que este assunto deverá ser abordado na próxima Assembleia Municipal, do dia 07 de junho, seja ela na forma de discussão, seja ela no período de antes da ordem do dia, se não for de outra maneira, porque ainda há muita outra coisa por dizer e para esclarecer e é bom que todos estejamos devidamente esclarecidos sobre o assunto, inclusive, julgo que será oportuno nessa Assembleia que sejam ouvidos os Vereadores que não tenham apenas palavra na reunião de Câmara, mas que, de uma forma aberta, possam aqui expressar também as suas posições, as suas dúvidas e as suas certezas. Por outro lado, penso que deveríamos partir para ações práticas, ações teóricas, de conversa, de estudo, de análise, de conjectura já temos muitos anos de zona industrial, agora era bom que partíssemos para uma base mais prática e penso que, isto é a minha opinião, me parece muito prático que se possa partir de uma área operativa daquela dimensão, na ordem do 160.000 metros, que possa dar e seja um pontapé de partida para a construção de um parque industrial que ali tenha a sua géneses de moda a que o alargamento de possa fazer com tranquilidade e já com mais certezas daquilo que se vai encontrar.*

*Pelo que me foi dado a observar pela listagem que recebemos ao nosso requerimento, existem de facto interessados, interessados esses que terão benefício, certamente, no investimento que irão fazer naquela área e a cidade também irá ter benefício, porque presumo que esse investimento seja relativo a uma deslocalização de empresas que estão no centro da cidade e que estão travancadas, sem capacidade de se poderem alargar, e deixar de utilizar as suas atuais instalações, algumas ruidosas, outras poluentes, outras capacidade de alargamento e que irão encontrar melhores condições de exploração e de atividade naquele espaço.*

*Eu penso que, para começar, este estudo de viabilidade encontra eco com muita facilidade, fica por definir o resto das outras unidades operativas, mas para isso ainda temos tempo, porque a decisão que se tomar agora é o ponto de partida que poderá servir de experiência que não muito onerosa e para evitar que seja muito onerosa, eu acho que o empréstimo para a aquisição dos terrenos faz todo o sentido, também me parece que poderá haver um empréstimo para investimento nas infraestruturas, mas que esse investimento deve ser partilhado com aqueles que estão interessados na aquisição, portanto, nem necessita de a Câmara ficar onerada com uma dívida tão assoborbanante, acho que o envolvimento dos empresários locais será fundamental para eles próprios sentirem, no peso da camisola que vestem, aquilo que é a necessidade de criar boas condições para que se possam desenvolver ali atividades como deve de ser e com todas as condições. Penso que já foram apresentadas muitas palavras, penso que será oportuno passar à prática e para que não fique dúvida criada pelo Partido Socialista de que esta é uma bandeira para ser chumbada para o senhor Presidente se vitimizar, eu achava que, na minha opinião, se devia dar condições para o senhor Presidente mostrar aquilo que é capaz de fazer neste ano e meio.»*

**Hugo Martins (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Respeito a opinião dos meus colegas, evidentemente, mas que fique bem claro e bem evidente que nós como autarcas e a população, nós talvez mais como autarca, temos acesso a toda a informação para decidir sobre aquilo que é a viabilidade económica e a viabilidade financeira deste projeto. Respeito que os colegas autarcas tenham outra opinião, eu não tenho essa, até porque, e repito, na sessão de esclarecimento de setembro que a Câmara fez o ano passado foi uma apresentação extensa, pública, apareceu quem quis, entrevistaram o tempo que entenderam, aliás, os Vereadores das forças políticas entrevistaram nessa sessão, a 102 FM reportou essa sessão de esclarecimento, foi uma apresentação muito extensa, com muita informação, eu entendo que temos toda a informação para poder decidir nas melhores condições.*

*Ainda sobre a viabilidade financeira, não podemos esquecer o seguinte, o empréstimo tem dois pareceres favoráveis de duas entidades bancárias e o projeto tem de ter a aprovação do Tribunal de Contas, isso dá-nos um grande conforto em termos de tomada de decisão, à questões que eu não percebo e o senhor Deputado Francisco Salvador disse “então quem é que vai pagar as infraestruturas”, por essa razão é que a Câmara Municipal está a estipular um preço de 35€/m<sup>2</sup>, para acautelar o pagamento das infraestruturas desta zona industrial e o senhor Deputado Luís Almeida à pouco disse que hoje não é o momento de votar, é verdade, mas a população que está lá fora, os jovens da nossa terra não podem esperar mais, nós temos de dar oportunidade aos nossos jovens e durante as campanhas eleitorais dizemos que temos de fixar os jovens, pois bem, aqui temos uma grande oportunidade, mais, este projeto tem a mais valia e o interesse de vir a beneficiar as quatro freguesias do concelho de Peniche, de beneficiar todas as atividades económicas de forma direta e indireta. Nós vimos outros concelhos ao nosso lado a ultrapassarem-nos completamente, ainda há pouco tempo, na zona industrial da zona de Alcobaça, em 02 de fevereiro de 2024, foi aprovada, por unanimidade, em sede de reunião de Câmara, a alienação de parcela de terreno de 17 hectares para uma empresa estrangeira, aliás, o senhor Presidente de Câmara de Alcobaça disse “com esta venda estamos a dar um novo impulso ao projeto da zona industrial da Alva. , aliando esta zona industrial ao Casal da Eira e à área de localização empresarial da Benedita. Estamos a criar no concelho de Alcobaça condições de excelência para a instalação de novas empresas atraindo investimento, criação de emprego e estímulo à nossa economia local. Eu fico feliz pelos outros, é verdade, mas ficava mais feliz se fosse na nossa terra.»*

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse o seguinte:

*«Querida dizer que viemos de uma iniciativa na freguesia de Atouguia da Baleia e quero deixar uma palavra de elogio ao Associativismo na vila de Atouguia da Baleia e dizer que temos a vantagem, já comemos uma Sopa da Pedra, portanto, temos mais condições para o desempenho das nossas funções como autarcas.*

*Eu sobre isto queria dizer que o executivo da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei visitou ontem, com muita felicidade, as obras da antiga Cerâmica Rosário e nós tínhamos razão que aquilo podia ser um centro magnífico de atração e está ali o começo de uma zona industrial e não só, uma zona industrial, uma zona de lazer, uma zona de desporto e queria dar os parabéns aos empresários que investiram naquele espaço e certamente que por volta da festa da vila, entre finais de junho início de julho, iremos todos ver uma delícia no nosso concelho que é o primeiro grande investimento que vai ser inaugurado.*

*Sobre a zona industrial tenho a mesma opinião de sempre, não é de hoje, já tem muitos anos, a zona industrial sim e quanto antes. Eu tive uma reunião da Associação Nacional de Freguesias da Distrital de Leiria, nos últimos dias, em Pedrogão Grande, e tive a oportunidade de ver a importância da zona industrial de Ansião e está ali, é aquele o caminho, nós precisamos de diversificar a economia local, se estivermos todos aqui a ver se o timing é politicamente melhor para o atual Presidente ou melhor para o Partido Socialista ou para o Partido Social Democrata ou para a Coligação Democrata Unitária ou para outros, nunca mais saímos disto, portanto, está na altura de tomar decisões, agora, há uma coisa que é verdade, e queria chamar à atenção do líder da Bancada da Árvore que nós hoje não vamos tomar decisão nenhuma, nem podemos, não está aqui nenhuma proposta para deliberar, portanto, nós estamos aqui a discutir uma proposta, uma ideia, uma concessão de zona industrial e só depois de chegar aqui a proposta, aliás, nem vai para o Tribunal de Contas, como referiu, sem vir aqui e depois o Tribunal de Contas vai dizer se está ok ou não. Não tenho dúvidas nenhuma de que a zona industrial é fundamental, os tais jovens do concelho e da zona Oeste agradecem uma zona industrial e basta ver o impacto daquilo que está a acontecer no sul, concretamente no Distrito de Setúbal para ver a quantidade de empresas que estão a surgir e eu nem vou falar na auto Europa e a importância que tem na economia portuguesa e no PIB português, mas nós precisamos de empresas e se estivermos só a pensar que Peniche é o surf, e eu sou um adepto dessa aposta, se estivermos só a pensar que somos adeptos de sete praias que temos e da ilha da Berlenga não vamos a lado nenhum, é importantíssimo para nós o que temos, mas temos de ir muito mais longe senão nunca mais temos um concelho como aquele que todos queremos e depois andamos na campanha eleitoral, aliás, vejam os programas dos diversos partidos de há 30 anos e o Vale do Grou está em todos, eu fui visitar os programas todos e se for preciso estão aqui todos digitalizados que é para saber o que cada um dizia, eu acho que não vale a pena estarmos com histórias, nós precisamos que venha uma proposta concreta à Assembleia Municipal. À uma coisa que eu não gostei que foi ter sido enviada a um partido a lista de interessados e não ter sido partilhada com todos, acho que deveria ter sido partilhada com todos, ainda tenho dúvidas se os nomes deviam surgir assim por causa da proteção de dados, mas isso é outra questão, já chamei à atenção na Assembleia que temos de ter algum cuidado com isso, mas independentemente disso a lista de interessados vale o que vale, são intenções, as pessoas podem depois dizer que não querem e depois a lista de interessados vale zero, não há nada a fazer sobre isso.*

*Sobre o empréstimo, daquilo que eu percebi da discussão que houve na Câmara Municipal, e se eu estiver errado agradeço que me corrijam, a ideia é ser de 20 anos, certo? Não, até 20 anos, podendo ser pago o mais depressa possível, mas independentemente do número de anos, ser 20 ou 25 anos, passou para 4 anos, mas eu só coloco esta questão do número de anos, porque se nós não necessitarmos de 4 anos, nós devíamos pagar isto durante mais tempo, porque o serviço da dívida da Câmara Municipal pode ser necessário para outras coisas e o que eu não quero ouvir falar é que*

*não há investimento na minha freguesia, porque agora não temos dinheiro para pagar o serviço da dívida, eu não voto uma coisa dessas, é preciso 10 anos, é 10 anos, mas que isso não coloque em causa o investimento nas outras freguesias, porque nós estamos a falar, e bem, de um investimento na freguesia de Atouguia da Baleia, e bem, mas atenção, nós somos quatro, isto é a dividir por quatro, não pode ser só para um, portanto, atenção a esta questão do empréstimo, eu não vejo mal nenhum que o prazo seja alargado.*

*Em suma, não ouvi, naturalmente, aquilo que as outras pessoas disseram, peço desculpa por isso, mas, senhor Presidente da Assembleia Municipal, fica aqui o exemplo de uma coisa que não pode voltar a acontecer, uma iniciativa marcada há três meses foi protelada por uma Assembleia Municipal extraordinária sobre um tema da freguesia da qual a outra também está a decorrer e eu acho que isso não é normal.»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):**

Disse o seguinte:

*«Antes de mais, demonstrar o meu desagrado de não ter estado na inauguração das Tasquinhas da Vila para estar presente, hoje, nesta Assembleia, já a última sessão de esclarecimento sobre este tema, no dia 08 de setembro, por infelicidade minha ou da freguesia, coincidiu exatamente com a inauguração do Festim Medieval na Atouguia da Baleia, ninguém da freguesia pôde estar presente.*

*Em relação à zona industrial do Vale do Grou, eu penso que toda a gente quer a zona industrial do Vale do Grou, aliás, ela já se escuta há tantos anos, está nos programas eleitorais de todos os partidos, acho que toda a gente está havido por aquela zona industrial, agora, é como o senhor Presidente de Junta d Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, disse, e bem, com que investimentos, vamos hipotecar a Câmara, a Câmara é que tem de saber quais são os investimentos que possa fazer ali, é um investimento na freguesia de Atouguia da Baleia, mas a freguesia de Atouguia da Baleia é muito grande e tem muito por onde investir e não quero que deixe de haver investimento, tanto na freguesia de Atouguia da Baleia como nas outras freguesias derivado à dívida que a Câmara possa contrair, de qualquer maneira, à Junta de Freguesia nunca chegou relatório nenhum, proposta nenhuma, nem qualquer parecer da própria Junta de Freguesia em relação à zona industrial de Vale do Grou, da minha parte em particular, penso que está tudo mais que disponível para aprovar a zona industrial do Vale do Grou.»*

**Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):**

Disse o seguinte:

*«Em relação à data da outra reunião geral, essa eu não tenho responsabilidade que eu também não tive conhecimento, desta sou o principal responsável, mas como os colegas podem imaginar é extremamente difícil jogar com agendas diversificadas. Nós tentámos fazer às 18 horas exatamente para tentarmos cativar o máximo público possível, nomeadamente da parte dos senhores empresários.»*

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir:

**EMANUEL NOIVO:**

Disse o seguinte

«Sou residente em Ferrel, isto custa-me um bocadinho, porque tenho dois meninos e eles estão a crescer e querem ficar no concelho de Peniche, queria ver se sim, eu já cá estou. Há três fins-de-semana fomos para Almeirim que tem a base do Mercadona, aquilo é um parque industrial, convidava-os a lá ir ver, é digno, aquilo está com uma dinâmica enorme de investimento, Almeirim está a crescer a olhos vistos. Eu acredito também no nosso Presidente e nos Vereadores que constituem a Câmara Municipal de Peniche e em todos os Deputados, acho que não ganham nada em andar em guerras, quem é que é o melhor ou quem é que é o pior, lembrem-se dos nossos jovens, certamente os senhores são todos pais e mães dos vossos filhos e querem que eles cá fiquem, cada ano passa, não anda para trás, “despachem-se”, acelerem a aprovação da situação da zona industrial do Vale do Grou, é bom para o nosso concelho, para fixarmos cá os jovens e não só, empresas também, vão criar postos de trabalho. Almeirim, segundo consta, a base vai criar postos de trabalho diretos, eu fui lá ver aquilo, tive essa curiosidade, pedi autorização, estive a ver aquilo tudo por dentro, tem catorze entradas de camiões TIR, das maiores, dez intermédias e das pequenas tem seis, fora o que lá está dentro, em toda a sua envolvimento aquilo está a ficar tudo arranjadinho, que é que vai beneficiar com aquilo, a Chamusca, Coruche e outros concelhos. Quero deixar aqui o meu apreço, palavras construtivas, eu faço isto num modo construtivo, acredito na Câmara, acredito nos Deputados todos em conjunto, em todos os partidos com acento na Câmara Municipal de Peniche, há também a parte do MOV que presta apoio aos empresários, não é o meu caso que não me inscrevi, mas deixo em aberto, não atrasem mais o projeto que acho que é bonito, fica bem para o nosso concelho e quanto mais tarde avançar pior é.»

#### **LAURA GANHÃO:**

Disse o seguinte:

«Eu pertenço ao Mov.Peniche e também sou empresária em Peniche, tenho pena que algumas pessoas pensem da maneira que pensam, se calhar não estão inteiradas empresarialmente como nós estamos, porque nós empresários sentimos falta de locais para termos as nossas empresas. Eu tenho alguns armazéns na zona industrial da Prageira, que é uma zona nobre, que gostaria de poder deslocar esses armazéns para a zona industrial e aqui começar a construir prédios e/ou serviços onde eles estão agora, porque eu falo com muita gente que vem a Peniche e quando chegam à entrada de Peniche e veem armazéns industriais as pessoas não acreditam no que estão a ver e nós, em termos turísticos, devíamos ter urgência de tirar dali a zona industrial, não é para os empresários ganharem dinheiro, porque é isso que nós fazemos, é ganhar dinheiro, eu nunca comprei ninguém, eu faço o que posso para viver bem e farto-me de trabalhar, agora, nós ao chegarmos a Peniche e vemos aquela zona industrial e nesta sala ninguém aprova uma zona industrial, há 40 anos que ela está destinada ali, se não for ali é noutro lado, o senhor Jorge Amador quer que vá para a Serra d'El-Rei, ele faz muito bem, ele sabe quais são os benefícios que vai lá ter, mas se não for ali façam noutro lado que possa haver terrenos da Câmara como o Pinhal da Câmara, façam uma entrada direta da rotunda lá para baixo e façam lá a zona industrial, porque os terrenos são todos da Câmara, não é preciso ser ali para darem a ganhar dinheiro a especulações, como dizem, mas é preciso fazer a zona industrial para o desenvolvimento da terra. As escolas são prioritárias, como disse o senhor Henrique Estrelinha, eu acredito, mas a zona industrial também é para depois começarmos, em termos urbanísticos, a fazer de maneira diferente. Eu comprei armazéns para fazer prédios, comprei, sou investidora, mas eu não roubei ninguém e eu trabalho, eu não sei porque é que não se entendem com esta matéria, é difícil, porque toda a gente disse na campanha política que a zona industrial era uma prioridade. Eu tenho muita pena que não se entendam aqui nesta sala e todos discutem uns com os outros, porque eu tenho muita gente que

*vem ter comigo, porque eu também tenho armazéns para alugar, e me perguntam se eu tenho armazéns para alugar para empresas que querem vir para cá e não há sítio para as empresas irem, nem para abrir um pequeno nem um grande negócio, não há e se eu tenho comprado os armazéns que estão fechados e os alugo rapidamente é porque eles são muito necessários.*

*Espero que se entendam, espero que aprovem, eu também tenho empréstimos, que estou a pagar, dos investimentos que fiz, a Câmara tem de fazer um empréstimo para depois poder pagar com o investimento que vai fazer, não podem ser os contribuintes a pagar, em termos de endividamento, a Câmara tem de saber gerir aquele projeto para poder pagar com aquele projeto, não pode ser à espera do dinheiro que seja da Câmara, tem de haver maneiras de o fazer e a Câmara saber pagar com aquele projeto, que é o que nós fazemos, eu não posso andar a comprar coisas se eu souber que não vou pagar, senão vou à falência, a Câmara não, fica com dívidas. Espero bem que consigam entender-se nesta matéria, porque realmente é necessário, há várias empresas à procura de armazéns e acho que todos têm razão na maneira de ver, mas eu estou a falar na minha maneira de ver de empresária.»*

**HERNÂNI SANTOS:**

Disse o seguinte:

*«O que é que tem de ser feito para chegar ao fim o processo de concretização do Vale do Grou, estamos em que ponto e que caminho é que temos de fazer até conseguirmos ver as ruas, as estradas, as pessoas a construírem lá armazéns, acho que isto era importante que ficasse aqui transcrito e que as pessoas pudessem ouvir o que é que é preciso fazer, porque às vezes, no meio dos planos pormenor, das publicações, dos avisos, perdemo-nos numa série de situações e perdemos um bocadinho o fio à meada, portanto, acho que era importante percebermos. Eu não ouvi do início, se calhar isto já pode ter sido respondido em algumas das situações, mas o que é que temos de fazer, esta Assembleia com certeza sabe o que é que tem de fazer, no entanto, se calhar as pessoas gostavam de ser esclarecidas nesse sentido, o que é que é preciso fazermos para este processo chegar ao fim.»*

**VALTER:**

Disse o seguinte:

*«Eu sou empresário e gostaria de salientar o seguinte, não basta fazer uma zona industrial, a zona industrial tem de ser estudada de forma que os setores de atividade estejam mais juntos, porque, em termos de infraestruturas, situações de energia, de caudais de água e de pressão que e preciso estar mais fixados para determinadas atividades. Ser empresário e ter uma empresa é mais do que ter um lote, ou seja, tem de se perceber, porque as empresas estão continuamente a evoluir e à que expandir, para as empresas crescerem é preciso reunir essas condições, porque o lotes, através de um estudo, têm de ir ao encontro das necessidades dos empresários e tem de se fazer um estudo de viabilidade, nada se faz sem um estudo de viabilidade, não há ninguém que financie uma situação que não tenha um estudo de viabilidade, nem o Tribunal de Contas deve passar, isto é inadmissível, pormo-nos num negócio de milhões e não termos um estudo, um estudo das pessoas que há, não é de potenciais clientes, pode-se fazer um pré-acordo, até vou mais longe, temos o comprador, temos o fornecedor, até temos o empreiteiro, porque é que não se faz os negócios, eu não percebo isto, e mais, ou nós somos uma mais-valia para fazer parte da solução para um projeto, ou quando nós não somos uma mais-valia só temos de sair e meter uma pessoa que nos represente e que encontre equilíbrios de forma a que se faça as coisas, vamos continuar, um porque não gosta, o outro porque as relações por vezes se estragam, nomeia-se alguém que arranje o equilíbrio, agora isto não pode continua. Eu, por exemplo, tive de ir para as Caldas da Rainha,*

*porque aqui não reunia as condições, por diversas situações, para a minha empresa, neste momento estou em Santiago do Cacém, devo lá ficar com um lote, isto só para dizer, como é que nós criamos emprego, como é que nós criamos riqueza, é produzindo algo ou transformando algo, se nós não produzirmos, nem transformarmos temos de nos dedicar aos subsídios, não temos outra hipótese, não temos viabilidade. A zona industrial, na minha opinião, tinha de ser feita de forma que seja constantemente ampliada se necessário, mas quando as pessoas não reúnem consensos só têm de se afastar e dar lugar a outros, não podemos é continuar com isto assim e também duvido que alguém venha investir, porque para marcar uma reunião são precisos três meses, aqui nesta Câmara duvido que alguém venha cá investir.»*

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse o seguinte:

*«Existem várias zonas industriais que são exemplos no país, há uma que devia merecer uma atenção particular, o Fundão, nos últimos 10 anos fixou 1500 jovens na zona industrial, é um exemplo, porque nós estamos sempre a dizer que os nossos jovens estudam aqui até ao 12.º ano e depois vão para Lisboa, para Coimbra, para Aveiro, vão para várias localidades e nunca mais regressam e isto é como o país, se nós deixar-mos a nossa rapaziada ir embora para os outros concelhos a mais-valia do conhecimento vai toda para outro lado, portanto, nós precisamos de olhar para este exemplo do Fundão, eles têm à venda o Lote 154, imaginem a dimensão do que estamos a falar.*

*Temos outro exemplo, apesar de ter uma particularidade que não vale a pena escamotear, a Guarda. A Guarda decidiu que uma das características da sua zona industrial tem a ver com a parte tecnológica acima de tudo e eu acho que é uma outra mais-valia, porque nós estamos localizados a 89 km de Lisboa, portanto, é mais rápido vir de Lisboa para aqui ou daqui para Lisboa, do que ir de Cascais, onde eu estive no Mar 2030, até Lisboa, é diferente, são menos quilómetros, mas demorasse muito mais tempo.*

*Nós precisamos de fazer uma zona industrial para levar da cidade algumas empresas que não devem estar aqui, por exemplo, na zona da Prageira, temos de ter uma zona industrial para captar novos investimentos e, como alguém já disse aqui, temos de ter zonas industriais que tenham algumas áreas com alguma dimensão, porque não vale a pena esconder, se aparecer uma grande oportunidade de uma grande empresa a zona industrial não tem espaço para ela e o nosso concelho não é assim tão grande, pelo contrário, é pequeno, nós temos de olhar para a zona industrial numa perspetiva do hoje, do amanhã e do depois e para isso é necessário ter uma perspetiva diferente disto, não é mais uma zona industrial, é uma zona industrial que marque a diferença.*

*Quando vier aqui a proposta concreta à Assembleia espero que venha muito bem fundamentada, que tenha objetivos claros e que, acima de tudo, vise fixar os jovens do nosso concelho neste concelho, porque eles fazem falta é aqui, porque nós estamos a perder população e não podemos continuar nesse caminho.»*

**João Oliveira (Chega):**

Disse o seguinte:

*«Quero apenas dar duas palavras àquilo que foi manifestado pelo nosso público, em primeiro lugar com o nosso município que tem uma preocupação legítima e que eu entendo na totalidade. Tenho duas filhas na Alemanha que não vão voltar a Portugal, porque encontraram na Alemanha forma de desenvolver todo um saber que adquiriram, que o desenvolveram, que o conquistaram, estabeleceram-se relações pessoais, portanto, não vão regressar a Portugal, é inútil convidá-las a voltar, é inútil também elaborar planos muito sedutores, do ponto de vista das*

*palavras, com estímulos e verbas em dinheiro, porque é isso que atrai os nosso jovens, os nossos jovens são, hoje em dia, estimulados por projetos que são de natureza pessoal, de pesquisa, de desenvolvimento profissional que está ligado a toda uma expiração deles, portanto, não vai ser, com certeza, só porque nós desenvolvemos uma zona industrial que nós vamos fixar os jovens. Também eu estou no mundo empresarial e eu concordo plenamente que tem de se libertar algumas regiões geográficas no interior da cidade e dar a oportunidade de elas poderem até crescer como área urbana, porque nós temos todo um parque urbano e uma paisagem urbana medonha, portanto, há que pensar seriamente em fazer isto e fazê-lo com caráter de urgência. Uma preocupação que eu tenho é: que tipologia de indústria ou tipologia de estruturas é que nós vamos criar que possam der de facto convidativas a que os jovens se fixem, porque eu não acredito que os nossos jovens vão embora por que não há vagas de emprego, porque o emprego está por aí, há várias pessoas que vêm do exterior, ultimamente tem sido quase uma discussão nacional com grande celeuma sobre aquilo que é a migração e as emigrações, agora, os nossos jovens é que não estão, obviamente disponíveis para trabalhar em determinadas condições e eu concordo com eles perfeitamente, porque, de facto, se andámos a pagar estudos e fizemos os nossos jovens terem cursos de nível académico, não podemos querer fixá-los cá com trabalhos, que embora possam ser dignos, não correspondem minimamente às aspirações de um jovem, portanto, esta é uma discussão, obviamente, pacífica entre todos nós.*

*Sobre infraestruturas que foram referidas, eu dou-vos um exemplo, a indústria e as zonas industriais em Itália organizam-se com as próprias empresas que se deslocam para as zonas industriais criando um consorcio entre elas, um desafio que se lança ao senhor Valter, e têm também de ser as empresas a tomar a dianteira e a assumir alguns desafios e responsabilidades, ou seja, as empresas têm que, elas mesmas, criar a estrutura em que elas estão, porque são elas que devem dizer às entidades oficiais locais daquilo que necessitam, ou seja, esta história de nós em Portugal estarmos habituados a que vem sempre tudo de cima, as ordens, os planos, está tudo planificado, leva-nos a estas discussões intermináveis, porque entre políticos e empresários não há propriamente um entrosamento concreto e isso leva a que há uma espécie de divórcio entre a realidade empresarial e a realidade política e isto não é com certeza intencional, mas nós temos é de acabar com isso, se acabarmos com isso vão ver que há aqui entendimentos e parecemos todos do mesmo partido.*

*Sobre o modelo de crescimento que foi aqui apontado, esse modelo de crescimento tem de nascer das necessidades e das pretensões e aspirações daquilo que são duas vertentes, em primeiro lugar, as empresas, porque são elas que geram riqueza e é a partir das empresas que nós conseguimos ter os meios de poder depois sustentar todo o resto, inclusive o estado social, em segundo lugar, esse modelo tem de ser feito, obviamente, pensando sempre na conservação daquilo que é o nosso património, a minha preocupação é, como é que nós vamos conceder este espaços às empresas, porque se nós vamos apenas pensar em resolver o assunto que é financeiro e que é de necessidade de permura imediata, nós não temos os olhos no futuro e todos estes problemas que nós temos hoje vão se repropor daqui a poucos anos.*

*A preocupação com a tipologia de empresas e é óbvio que eu não conhecendo a listagem de empresas que estão a propor-se à zona industrial não posso fazer muito mais do que dizer, de forma muito genérica, que se é verdade que a indústria local é uma solução imediata e nós temos de arranjar soluções para a própria indústria, tanto é verdade que nós temos de encontrar novas soluções que façam de facto os nosso jovens sonhar o futuro deles aqui, no concelho, e isso passa por criar condições convidativas a que outro tipo de industria, outras coisas que nós nem sequer aqui temos e dispomos no concelho, tenham vontade de vir para cá.*

*A criação de um centro de pesquisa e desenvolvimento humano e tecnológico de Peniche era uma ideia excelente para se pôr numa zona industrial, porque de facto nós iríamos conseguir,*

*primeiro estimular os jovens ao desenvolvimento pessoal mediante uma visão de trabalho que não é propriamente uma punição, é um desenvolvimento pessoal e profissional, ambos têm de estar ligados nos nossos dias, e segundo, porque iríamos trazer para Peniche, finalmente, uma ideia e uma noção de que somos um futuro que está a crescer num sentido que já hoje no resto do mundo é uma realidade, que é a revolução tecnológica atual, nós não podemos pensar só em trazer indústria e a tecnologia do passado ou aquilo que já conhecemos e transformar numa espécie de concelho com uma zona industrial manufatureira, porque isso acabou, nós temos a China, temos de pensar um pouco mais amplamente, temos uma China que se adequou muito bem e não só a China, estou a dar o exemplo da China que é aquele mais flagrante, e que vai rapidamente conseguir transformar-se na zona industrial manufatureira global e, depois, outras regiões do globo vão-se focar nouro tipo de atividades, cada vez mais é assim. As preocupações que eu manifesto são estas, portanto, não é verdade que eu sinta que tenha aqui algum tipo de animosidade para com nenhuma visão dos outros grupos parlamentares, o que eu sinto é que a nossa urgência não pode impedir nós tenhamos que discutir tudo isto em detalhe, com uma visão estratégica de futuro, planificada, calendarizada, com missões e etapas de maneira que nós possamos, de facto, de uma vez por todas, mesmo além daquilo que é um mandato do executivo camarário, estabelecer um plano de futuro para Peniche.»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse o seguinte:

*«Fazendo referência ao que foi dito pelo público, corroboro da grande maioria, senão toda, do Deputado João Oliveira. Já perceberam que todos estão de acordo em relação à criação do parque empresarial e também já perceberam que o senhor Presidente de Câmara não fala com ninguém, não responde a ninguém e nós não podemos chegar aqui e votar uma coisa que não conhecemos, que nem sequer discutimos e seria simples. Isto não tem nada que ver com questões pessoais de ninguém, porque se o senhor Presidente quiser marcar uma reunião sobre esta temática comigo, sozinho, eu estou lá sem problema nenhum, as questões pessoais não entram nestes órgãos, nós estamos aqui a representar instituições, a representar o lugar que nos atribuíram e isto não trás nada de pessoal para aqui, nós aqui falamos de assuntos públicos e sobre assuntos de interesse geral, depois, se temos uma relação pessoal de uma maneira ou de outra, independentemente da pessoa que aqui está, não tem nada a ver, eu acabei de me referir ao Deputado João Oliveira, não sei o futuro, mas por enquanto não temos uma grande relação, porque conhecemo-nos mais por aqui, e estou completamente de acordo com ele, portanto, uma coisa não tem nada a ver com outra. A questão é que também já todos perceberam que todos estão de acordo que tem de haver um estudo de viabilidade económica, porque isso está na ciência, e isto é uma coisa que não foi colocada apenas hoje, já foi colocada há muito tempo nesta Assembleia.»*

*Nos processos de planeamento estratégico aquilo que muitos autores defendem é que os processos participados são processos aprovados, porque a participação da grande maioria, pedindo contributos, por exemplo, ao público em geral e às empresas, mas também a todos os partidos políticos, tentar compatibilizar aquelas que são as propostas dos partidos políticos com aquela que é a proposta do Presidente da Câmara faz com que, quando chegarmos à Assembleia para ter de votar esta proposta, ela quase que esteja aprovada à partida, agora, se andarmos aqui a esconder intenções, a dizer que é aquilo que ele acredita e porque acha que tem muita gente interessada e porque acha que vai funcionar, não diz nada a ninguém, chega aqui e apresenta uma proposta que é quase só dele, não a compatibiliza com ninguém, é permitir que ela possa ser chumbada para não ter trabalho com ela e poder-se, desde logo, vitimizar, porque é isto que tem vindo a acontecer, o PDM a mesma história e as outras também, mas nós não estamos a dizer aqui que queremos chumbar isto, nós queremos aprovar e o senhor Presidente tem aqui uma oportunidade de dizer “eu vou convidar todos para apresentarem propostas, apresentar a nossa, fazer reuniões e*

*apresentar um calendário” como o Deputado João Oliveira acabou de dizer, e bem, e nós muito rapidamente conseguíamos criar propostas e até ajudar o senhor Presidente a planear, até ajudar o senhor Presidente com propostas que ele possa, desde logo, não estar a ver. Por exemplo, não chegámos a este ponto da discussão do envolvimento da tecnologia e a sua evolução, mas há aqui um manancial de propostas e de possibilidade de evolução que os dias de hoje nos remetem que não havia há uns anos, agora, isto até pode servir para apoiar o senhor Presidente a apresentar uma proposta mais consensual e que é depois aprovada por todos, isto não custa nada, basta querer. Hoje tive uma reunião com o senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais e do Ordenamento do Território, foi mais rápido para mim marcar uma reunião com o Secretário de Estado das Autarquias Locais do país, que tem de responder a 3091 Juntas de Freguesia e a 308 Municípios, do que com o Presidente da Câmara Municipal de Peniche, e ele está nas funções há muito pouco tempo, respondeu-me muito rapidamente e hoje de manhã estava a reunir com ele, sozinho, na Câmara Municipal de Peniche tenho processos com anos que não têm sequer resposta, como é que nós conseguimos fazer um trabalho conjunto e planear assim, é fácil nós criarmos a situação e depois vitimizarmo-nos dela, não tem nada a ver com a nossa falta de vontade, todos têm vontade de fazer, basta todos quererem trabalhar. E mais, até podem haver reuniões públicas entre quem está no poder e quem está na oposição, que é assim que a democracia funciona, e essas reuniões podem ser públicas e assim o público fica a saber quais é que são as propostas da oposição e quais é que são as propostas do Governo, isto é só quererem fazer, os mecanismos estão criados, se calhar não convém porque depois as pessoas sabem demais e quando começa a haver muita transparência fica evidente aquilo que cada um quer.»*

**Hugo Martins (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Falou-se, também, que a Câmara não é a favor do investimento e das empresas, então quer dizer, se nós temos mais procura que oferta não quer dizer que somos a favor das empresas? Quer dizer que a Câmara está predisposta e já falou junto das empresas. O nome das empresas já foi divulgado junto do Partido Social Democrata, penso que as outras forças políticas têm razão, essa partilha deve ser feita com as restantes forças políticas, e se a procura é superior à oferta diz logo a viabilidade económica do projeto, penso que não é preciso contratar alguém para fazer o estudo para dizer o óbvio, a autarquia tem serviços e fez um bom trabalho nesse sentido e falou-se muitas vezes aqui “vamos fazer uma coisa escondida para ninguém perceber”, vou recapitular, a Câmara fez uma sessão de esclarecimento público, em setembro, foi amplamente divulgada nos canais de informação da Autarquia de Peniche, apareceu quem quis, pediu a palavra quem quis, falaram o tempo que entenderam, os senhores Vereadores da oposição falaram, para preparar-me para esta reunião tive a oportunidade de ver o trabalho que a 102 FM fez a reportar tudo o que se passou aqui, qualquer pessoa pode consultar, mais pública que isto não é difícil, é impossível, portanto, se é público, se foi divulgado, se toda a população sabe, falou quem entendeu, a oposição falou, os cidadãos do concelho de Peniche que entenderam falaram, a apresentação foi partilhada junto dos autarcas, e corrijam-se se estiver errado, mais público que isto é impossível, isso não existe, o que é que é preciso mais para ser público, e mesmo que não tenha sido partilhada estiveram vários órgãos da comunicação social presente e a apresentação foi pública, porque o que me dá a entender é que a oposição, corrijam-me se estiver errado, quer que se peça a uma empresa para fazer um estudo de viabilidade que cobre 50.000 euros à Câmara Municipal de Peniche para confirmar aquilo que todos já sabemos, isso não é a realidade do dia a dia das empresas, ninguém pode estragar o dinheiro dessa maneira, isso levaríamos à ruína financeira, agora, se entenderem que é esse o objetivo tudo certo, agora, mais uma sessão de esclarecimento publica para debater, não estamos aqui numa sessão oculta, qualquer pessoa pode entrar nesta sala, qualquer pessoa tem acesso a esta*

*sessão de esclarecimento, agora, vender uma coisa que não é a realidade para capitalizar politicamente não estou de acordo.*

*Relativamente à tipologia dos terrenos, eu não sei se os meus olhos veem o mesmo que os restantes, porque na apresentação que foi feita estava lá a tipologia dos terrenos.*

*Em resumo, sessões completamente abertas, públicas, a informação completamente disponível, transparente, completa, faz lembrar um bocadinho as Assembleias Municipais que parece que fica sempre a faltar alguma coisa, eu como autarca posso dizer que tenho acesso a documentos com informação mais do que completa, informação completamente transparente, sinto-me em condições para fazer aqui um bom trabalho, se não faço melhor é culpa minha, portanto, não podemos vender uma realidade que não existe.»*

**Luís Almeida (PSD):**

Disse o seguinte:

*«Estava a pensar não participar mais, aliás, julgo que dei a minha opinião, mas há duas coisas que quero referir. A primeira coisa é que, em relação, não ao estudo de viabilidade, mas aos pressupostos de toda esta lógica do parque industrial, eu também me sinto informado, aliás, foi apresentado pelo senhor Diretor Municipal, Rui Vargas, os pressupostos e esses pressupostos dão-nos indicação do que se prevê, daí serem pressupostos.*

*Sobre a questão que o senhor Hernâni pôs, do que é que é preciso, a grande questão é que é preciso comprar os terrenos, o ponto de partida é o que estamos a discutir, o cronograma está feito no trabalho que o senhor Diretor Municipal, Rui Vargas, apresentou, portanto, a questão que se está aqui a pôr é, comprar os terrenos, infraestruturar, para isso é preciso dinheiro, a dúvida que esta Assembleia tem é: deve-se contrair um empréstimo para tudo, não se deve contrair empréstimo nenhum ou deve-se contrair um empréstimo só para a aquisição dos terrenos, é esta objetivamente, pelo menos na minha interpretação, a questão que estamos a tentar resolver.*

*Dá-me ideia que estamos todos numa posição muito negativa em relação ao concelho de Peniche, dá a ideia de que os nossos jovens saem todos, que não temos propostas nenhuma de trabalho interessante para os nossos jovens e para os outros de fora, mas há uma coisa que eu não me canso de referir, eu não entendo como é que uma terra pode ser pobre quando tem o primeiro ou segundo porto de pesca do país, quando tem uma agricultura bastante técnica e próspera que a horticultura, quando tem um turismo bastante diferenciado e bastante jovem, bastante moderno que é o surf, o que é que nos falta? O que nos falta é consensualizarmos um bocadinho as coisas, nós estamos aqui a repetir e a andar às voltas com as mesmas críticas uns aos outros, temos de ser mais objetivos e temos de querer ter um bocadinho de vontade de ultrapassar algumas coisas que não concordamos, mas temos de arranjar maneira de consensualizar, senão nunca mais saímos disto.»*

**VALTER:**

Disse o seguinte:

*«A situação dos empresários, uma pessoa quando nasce não nasce empresário, também aprende a ser empresário, uma empresa quando nasce, se herdar nasce grande, mas se não herdar nasce pequenina e passo a passo vai conseguindo aumentar a sua capacidade e para que isso aconteça tem de se criar as condições e essas condições vão responder à situação dos jovens.*

*Os jovens não fixam cá, por causa das condições de trabalho, mas as condições são só uma, o dinheiro, porque as empresas não são competitivas, não conseguem gerar riqueza de forma a pagar ordenados que os segure, e é aí que nós temos de apostar fortemente, porque nós portugueses somos muito bons a trabalhar, mas somos muito fracos a ganhar dinheiro, ou seja, sem gerar uma*

*riqueza grande e estratégica não temos hipótese. Nós temos o mar que é uma riqueza incrível, temos a agricultura do melhor que há, temos a construção e depois temos a cereja no topo do bolo que era suposto ser o surf, agora, se nós não nos organizarmos de forma a certificarmos que são da nossa região os produtos e registá-los para os valorizar, nós não temos hipótese.*

*A questão da comprar dos lotes, eu, por exemplo, estou neste momento em fase de negociação para montar uma sucursal, perto de Sines, em que lá nós alugamos o lote por 70 anos, damos uma entrada, pagamos os últimos cinco anos, e depois temos uma mensalidade que é 1,00€/m<sup>2</sup>, ou seja, um lote de 10.000 m<sup>2</sup>, pago a 1,00€/m<sup>2</sup> que dividido dá 1.000€/mês, uma renda atrativa para uma empresa pequena/média que queira instalar-se, porque a primeira coisa que nos temos de preocupar é em viabilizar o negócio das empresas, não basta chegar e comprar, porque se o investimento do lote for grande, mais o armazém ou mais as instalações vai ficar com um encargo muito grande, no arranque da empresa é extremamente penoso. Se fosse eu que mandasse, eu fazia as contas para ser à conta, só os impostos que vai gerar o IVA, o IRC, a Segurança Social, só isso é uma mais-valia muito grande e a empresa que se fixasse aqui ficava extremamente competitiva de forma a progredir e a criar riqueza.»*

**João Oliveira (Chega):**

Disse o seguinte:

*«A organização das próprias empresas que vêm para a zona industrial pode passar por aquilo que o senhor Valter acabou de referir, alocação do próprio território que é uma forma de não se ter de vender aquilo que é um património do município e que é de todos, que é público.*

*Nós estamos a debater uma forma de estabelecermos uma zona industrial e se calhar estamos com as nossas ideias contaminadas com um modelo de negócios que já está ultrapassado, ou seja, atualmente os sistemas financeiros preveem que se possa fazer as coisas e fazermos o usufruto delas e podermos criar imensa riqueza sem sermos propriamente titulares daquilo que nós estamos a fazer uso. Eu dou como exemplo o facto de nós termos viaturas que são de renting e elas são tributadas como uma despesa dentro da própria empresa e nós acabamos por ter os equipamentos que precisamos ter sem ter, propriamente, estar a chamá-los nosso e comprá-los a crédito ou a pronto, aliás, atualmente ser empresário e ter determinado tipo de equipamentos dentro da empresa é uma perda de dinheiro, a mesma coisa se pode pensar em termos de terrenos.*

*Sobre a fixação dos jovens é a única coisa que eu discordo consigo, a criação de riqueza nós temos de pensá-la e nem por isso Portugal tem uma condição fiscal tão ruim como nós temos tendência a dizer e a atribuir, portanto, no meu entender, da experiência que tenho, acho que não é só o facto de nós podermos dar a um jovem três ou quatro vezes aquilo que é considerado o Salário Mínimo Nacional o único atrativo para ele ficar e digo isto, porque conheço outras realidades e conheço jovens que acabam por ir embora e não é só porque realmente vão ganhar uma fortuna, esse é um modo de estar, uma espécie de mentalidade, é um cliché que já não corresponde à realidade dos nossos dias. Há jovens que saem e vão embora, porque vão perseguir sonhos de realização pessoal e profissional, não tem a ver só com o ordenado.*

*Eu não vou, com certeza, hoje, comprar um equipamento que eu sei que ao amortizar perco uma imensidão de dinheiro e fico com ele para lá acantonado a um lado qualquer da empresa, quando sei que o posso ter num período de vida útil destinado à produção de x peças de uma coisa, inclusivamente eu tenho contratualizado que aquele equipamento é devolvido à procedência e eu paguei o ónus da utilização dele, é uma estratégia que tem de ser vista a longo prazo, calendarizado.*

*Discordo da perspetiva de que seja apenas o ordenado e o dinheiro, porque isso é uma perspetiva que fala de um posto de trabalho que é quase punitivo, eu tenho de ser compensado monetariamente por uma coisa que faço que eu encaro como uma tarefa punitiva e não me revejo no prazer do trabalho como um modo de edificar, inclusivamente, uma personalidade e isso tem de*

*mudar, esse paradigma em Portugal tem de mudar radicalmente o quanto antes e daí eu pensar que talvez possa acolher agrado entre vocês a ideia de que realmente, associado ao trabalho e a uma zona industrial exista um centro de desenvolvimento humano e tecnológico, porque isso sim, isso faz os nosso jovens ficarem por cá.»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse o seguinte:

*«O que eu tinha proposto não era efetivamente o Município ter mais despesas, já chegou o plano estratégico, que nunca vimos, e as propostas dos projetos da Nau dos Corvos, etc., e por isso até quero disponibilizar ao senhor Presidente da Câmara, a partir de agosto, os meus serviços para fazer o planeamento estratégico, se quiser, desta área e convidava o Deputado Hugo Martins, uma vez que tem conhecimentos na área da economia, que podias trabalhar juntos e apoiar, de borla, o senhor Presidente, se estiver disponível e se quiser aceite.»*

**HERNÂNI SANTOS:**

Disse o seguinte:

*«Aquilo que o senhor Luís Almeida fez referência, em relação à necessidade de se decidir que se tem de comprar os terrenos, eu acho que quando a Câmara e a Assembleia aprovou o plano de urbanização, na alínea b) no n.º 2, do artigo 27.º já fazia referência que se os proprietários dos terrenos não quisessem participar a Câmara poderia comprar os terrenos e substituir-se a isso, portanto, a partir do momento em que aprovaram este plano obrigatoriamente têm esta condição ou senão isto nunca mais vai andar para a frente, portanto, a aquisição dos terrenos é uma realidade desde que aprovaram este aviso.»*

**Hugo Martins (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Claro, trabalhar em equipa estou sempre disponível.*

*Relativamente ao projeto da Nau dos Corvos, foi grátis para a Câmara.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Quería começar por responder ao senhor Hernâni Santos, quando ele colocou a questão do estado da arte. O estado da arte é exatamente isso, isto foi aprovado, teve discussão pública, a zona industrial passou por todas as fases que estão previstas na lei que possibilita a execução por fases, por isso é que nós tentámos a unidade n.º 1, não conseguimos, fomos para unidade operativa n.º 5, desejava eu que a Câmara não tivesse de se meter, é que prevê o regulamento.*

*O que é que nós entendemos, e é aqui que eu não concordo com algumas posições, e está claro ali, é que o argumento dos 20 anos está ultrapassado. Resumindo, havendo decisão que vamos avançar, havendo contratos de promessa de compra e venda com os três/quatro proprietários, havendo aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal, havendo aprovação do Tribunal de Contas, está tudo a jeito, até porque temos referenciados um conjunto de investidores significativos que ultrapassam a unidade operativa e aquilo que queremos prever em termos de área útil do terreno, fora as infraestruturas, as estradas, os passeios, etc., portanto, quando chegarmos a essa fase, logicamente que temos de, e pode ser feito em simultâneo, auscultar a banca, já o fizemos e temos de voltar a fazer, e se tivermos autorização do Tribunal de Contas, da Câmara e da Assembleia Municipal avançar com a contratação de um empréstimo bancário, a partir daí, em*

*simultâneo podemos avançar com outros procedimentos, depende do sinal, se vamos ou não avançar.*

*O projeto de loteamento para unidade operativa n.º 5, na minha opinião, é uma possibilidade e deve ir ao encontro das pessoas que manifestaram esse interesse, logicamente, esteve aqui um empresário que já saiu que é um interessado em trazer uma empresa de produtos alimentares, nós perguntámos os postos de trabalho, inicialmente 30 trabalhadores e possivelmente passar para 60 com uma média de valores salariais muito boas que não se praticam normalmente no nosso concelho, é uma empresa exportadora que está a 100km de Peniche e que quer vir para aqui e eu convidei-o a vir para cá.*

*A partir do momento que está a avançar, ultrapassando os primeiros meses, logicamente que já se percebeu que isto vai cair no próximo mandato, mas isso não é a pensar no mandato muito menos a pensar em eleições, mas cada um pensa no que entender, quando tivermos isto tudo alinhado, ou seja, os pareceres todos, as votações todas e o projeto estamos preparados para avançar para a empreitada, esta é a estratégia, mesmo com um período de carência de dois anos do banco, quando tivermos preparados podemos avançar com a hasta pública e a proposta é avançar com a hasta pública e avançar com a empreitada, porque não faz muito sentido avançarmos para uma hasta pública sem os investidores terem a garantia de que vamos avançar, ou seja, depende da empresa, mas tudo a correr mal a empreitada levaria um ano, a correr bem pode ser feita em alguns meses, mas vamos apontar para um ano, à cabeça os investidores pagam 25%, a Câmara é que vai ter de decidir, o que quer dizer que quando estiver tudo terminado, tiver as infraestruturas lá colocadas e o loteamento feito os investidores vão pagar os 75% e, entretanto, podem fazer o projeto de acordo com o que querem lá construir. Entretanto, o que é que acontece, provavelmente se isto tudo corresse bem estávamos a falar de dois anos e meio, no máximo três anos, nos três anos a Câmara tem, pelos nossos indicadores, o dinheiro na mão para pagar o empréstimo, naquela estimativa, e aquilo que foi à pouco sugerido eu não concordo, se nós vamos comprar terrenos, vamos infraestruturar com dinheiro da Câmara e ficamos nós com o serviço da dívida, não, temos de pagar, inclusive, admito, com já foi referido, que nós não queremos ganhar dinheiro com isto, se a Câmara tiver de investir, investiu, agora, na hasta pública as mínimas nós limitamos, as máximas ninguém pode limitar, nós podemos estar a preparar um terreno de 90.000 metros para uma empresa e aparece outra que quer os 90.000 metros, logicamente, nas condições da hasta pública, não vamos fazer como na Prageira se fez há muito tempo, que ainda lá estão lotes para construir, não fazes saís, tens um prazo para construir, não constróis naqueles anos perdes o direito ao lote, não podes vender sequer, e esta é a estratégia, ou seja, é pagar o empréstimo antes que decorra os quatro ou cinco anos que estejam estipulados, não há dívida. Isto não foi feito e eu já me arrependi e já o reconheci, quando estipulámos os 20 anos era para procurar junto da banca valores mais baixos, se nós dissermos à banca que queremos um empréstimo de quatro ou cinco anos os juros sobem se for a 20 anos os juros são diluídos, não é preciso tirar um curso superior para perceber isso, inclusive disse isso a uma técnica responsável da área de gestão de um banco esta situação e ela compreendeu, mas isso está ultrapassado, eu já falei disso publicamente.*

*Nós falamos com o essencial, isto está a ser falado desde o mandato passado, não nos colocaram questões que nós não pudéssemos responder, nós vamos ultrapassar a questão do estudo económico, vamos pagar cinco, seis ou sete mil euros, não sei, mas vamos apresentar, aliás vamos apresentar toda a informação que quiserem e, logicamente, pedimos algum cuidado em termos dos dados que fornecemos relativamente aos empresários que nos comunicaram o interesse, isso não deve ser falado nem utilizado, mas se não puséssemos o nome das empresas eramos questionados, mas isto fica dentro dos autarcas, portanto, é uma confiança que a Câmara, o Presidente está a tentar transmitir.*

*O parque tecnológico e a fixação das pessoas no concelho, eu acho que o concelho continua a ser ou é um dos concelhos da zona Oeste, dos doze, o mais apetecível, nós já perdemos investidores na zona industrial de outras atividades. Nós temos a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, temos a EPAV – Escola Profissional Alda Brandão, temos o Cenfim, temos o ForMar e temos outras entidades que, no fundo, nos garantem a formação que as empresas precisam, mas em termos de parque tecnológico vai ser colocado um outdoor, dos que estão dentro do porto de pesca, junto da rotunda que dirá que irá nascer o SmartOcean, uma associação que tem um projeto que é financiado e que tem que ver com a tecnologia e ao lado tem o Cetemares que é um ponto de referência na investigação mais ligada para o mar, mas não só, nos produtos alimentares e não só, portanto, nós também temos cá o conhecimento e temos muitos técnicos, eu também acredito que há pessoas que não ficam em Peniche por outras razões. A semana passada fui a uma empresa que vai abrir as instalações brevemente e um dos técnicos que está à frente da empresa é um jovem de Peniche e que teve fora, mas teve a oportunidade, mas há jovens não querem mesmo voltar para Peniche, é uma opção.*

*Em relação às tipologias dos terrenos, eu já referi.*

*Em relação à consensualização, eu acho que é uma mensagem política que gostam de passar e eu perguntava ao senhor Presidente de Junta e Freguesia de Ferrel se pediu alguma reunião ao Presidente de Câmara que ele não desse.*

*Em relação às dificuldades da informação, eu fiquei chocado numa fase do desenvolvimento do processo para aprovação desta possibilidade de adquirir os terrenos e avançar com a empreitada. Relativamente ao Partido Socialista, concretamente, eu disponibilizei-me para reunir com quem quisesse e provavelmente tinha feito a diferença, disponibilizei-me para discutir, na altura houve uma pessoa que vinha falar e depois eu nunca tive a oportunidade de explicar como eu penso que era possível, mas ninguém esteve interessado, se acham que não é prioridade, foi isso que foi dito publicamente, vou discutir o quê. Neste momento vamos dar a informação toda e fazer tudo o que é possível para podermos avançar.*

*Se se deve fazer um ou dois empréstimos? Eu acho que não faz sentido fazermos dó um empréstimo, ainda mais com esta explicação e da proximidade da aquisição com a execução da empreitada, não faz sentido estarmos a adquirir os terrenos se não tivermos condições ou se não quisermos avançar com o resto. Referir que um dos problemas que o Município tem é a falta de terrenos.*

*Este sistema não foi pensado propriamente para a Câmara, esta possibilidade foi pensada para as dificuldades, que foram aqui expressas, dos empresários, porque se nós não sentíssemos a necessidade de criar lotes para virem novas empresas, lotes para poder deslocalizar empresas, seja na Prageira, seja no Abalo ou noutros locais, não tínhamos avançado e o que nós vamos tentar, se eu cá estiver, é que seja uma unidade de execução na Rua da Ponte Velha e aqueles que possam estar mais renitentes, em termos de empresa, ajudá-los a encontrar as soluções que são precisas para desenvolver aquilo, e com isto eu estou a dar um contributo que a terra precisa.*

*Em relação à Nau dos Corvos, para clarificar o senhor Hugo Martins, foi feito um estudo prévio que não teve custos, mas vamos partir para a contratação do projeto de execução que já está aprovado pela Câmara.»*

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse o seguinte:

*«Ponto um, nós tivemos esta discussão, o público, os empresários saem daqui quase como eu e para evitar que isso aconteça, politicamente falando, eu acho que se impunha esta Assembleia solicitar à Câmara uma informação trimestral sobre este processo para nós acompanharmos, só faz sentido nós fiscalizarmos se valer apenas alguma coisa que tivemos aqui a fazer hoje, senão não*

vale a pena ter vindo para aqui, portanto, faz todo o sentido a Assembleia recolher informação, se não for trimestral, é de quatro em quatro meses, durante algum período.

Ponto dois, em relação aos empréstimos, eu acho que se for possível ir aos dois empréstimos, um para os terrenos e um para as infraestruturas é o ideal, agora, é ver se o Tribunal de Contas aceita isso, se for possível desdobrar melhor, eu acho que era a melhor solução.»

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata:**

Disse o seguinte:

«As pessoas precisam de ser esclarecidas, porque o Deputado Hugo Martins falou da questão de eu nunca provar, mas eu irei trazer-lhe toda essa informação.

Diretamente ao senhor Presidente, ele pergunta-me quando é que nós pedimos uma reunião que não tivemos, foram muitas, mas eu vou trazer, de qualquer forma, tenho aqui o ofício n.º 2/2023, enviado no dia 11 de janeiro de 2023, e este ofício foi endereçado ao senhor Presidente e ao senhor Vice-Presidente, na altura ainda estava em exercício, e vou citar o que dizia no ofício: “Passa neste momento mais de um ano desde o início do mandato, é incompreensível a falta de respostas a propostas, pedidos e assuntos formais feitos por esta Junta de Freguesia a esse Município, alguns já com mais de um ano. Em reunião realizada no dia 05 de janeiro decidiu a Junta de Freguesia fazer o presente ofício com o objetivo de fazer uma derradeira tentativa de entendimento. Voltamos a referir, é incompreensível a falta de resposta e resolução a assuntos que vão do mais básico ao mais complexo e exigente. É neste momento impossível fazer qualquer tipo de planeamento relativamente ao futuro que dependa da mais pequena intervenção ou interferência desse Município. Neste sentido, vimos por este meio solicitar uma reunião com Vossa Excelência e, naturalmente, com o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente acompanhada de quem Vossa Excelência designar para que se possa fazer um ponto de ordem ao mandato olhando para todos estes assuntos e olhando para o que falta do mesmo. Fazemos este pedido formal na tentativa de fazer aquilo que as pessoas que nos elegeram esperam de nós, mas deixamos desde já claro que este pedido não se repetirá”. Eu estou disponível para voltar com a palavra atrás e mandar-lhe um novo pedido, mas deve ter isto, porque a correspondência é registada e eu tirei isto do sistema documental da Junta de Freguesia, e fiz um ofício formal precisamente para depois não haver estas trocas de informação.»

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

«Uma das dificuldades, em determinado momento, do mandato passado, que eu fui confrontado foi com a dificuldade de gestão com alguns Presidentes de Junta e então decidi que neste mandato o Pelouro das Juntas de Freguesia deveria estar com o senhor Vice-Presidente, assim como está com a senhora Vice-Presidente agora e continuámos a trabalhar assim, eu acho que não é mau, a questão expressa de reunir com Vossa Excelência eu não me apercebi e se veio por ofício pode não ter passado por mim, não estou a dizer taxativamente, mas todos os assuntos das Juntas de Freguesia que vêm por ofício não vêm para mim, vão para o Pelouro e muitas das vezes, a senhora Vereadora Ana Rita Petinga e o senhor Vereador Afonso Clara também o fazia, passavam para mim algumas coisas, sinceramente não me recordo, mas posso estar enganado, depois há outra circunstância, em determinado momento do início do ano passado, e há registo disto, os senhor Presidentes de Junta, os quatro, manifestaram indisponibilidade para reunir com a Câmara sobre o que quer que fosse, desde que não comesse a pagar aquilo que reivindicavam em relação à transferência de competências que eu não estou de acordo.»

**APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:**

**Deliberação n.º 25/2024:** Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

**ENCERRAMENTO:**

Sendo vinte e uma hora e trinta minutos do dia vinte e nove de maio, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão extraordinária do mês de maio, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

**APROVAÇÃO:**

A presente ata foi aprovada e assinada na primeira reunião da sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal, realizada no dia 27 de setembro de 2024, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

*(assinado no original)*

---

Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

*(assinado no original)*

---